



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Wolfsohn Ricardo Pereira

TEORIA DA DEPENDÊNCIA: Uma reflexão marxista sobre o desenvolvimento industrial do Brasil no período de 1950 a 1964.

Florianópolis
2023

Wolfsohn Ricardo Pereira

TEORIA DA DEPENDÊNCIA: Uma reflexão marxista sobre o desenvolvimento industrial do Brasil no período de 1950 a 1964.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de HST 7801 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientado: Professor Doutor Waldir José Rampinelli

Florianópolis
2023.

Pereira, Wolfsohn Ricardo

TEORIA DA DEPENDÊNCIA : Uma reflexão marxista sobre o desenvolvimento industrial do Brasil no período de 1950 a 1964. / Wolfsohn Ricardo Pereira ; orientador, Waldir José Rampinelli, 2023.

59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Teoria Marxista da Dependência. I.
Rampinelli, Waldir José. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Waldir Rampinelli, Orientador e Presidente, pelo Professor Joelson Lopes Maciel, Titular da Banca, e pelo Professor Flávio Panhoca da Silva, Suplente, designados pela Portaria nº 18/2023/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Wolfsohn Ricardo Pereira**, subordinado ao título: **TEORIA DA DEPENDÊNCIA: uma reflexão marxista sobre o desenvolvimento industrial do Brasil no período de 1950 a 1964**". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Waldir Rampinelli a nota final 9,0., do Professor Joelson Lopes Maciel a nota final 9,0. e do Professor Flávio Panhoca da Silva a nota final 9,0.; sendo aprovado com a nota final 9,0.. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 23 de junho de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 16 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Waldir Rampinelli

Prof. Joelson Lopes Maciel

Prof. Flávio Panhoca da Silva

SUPLENTE

Candidato Wolfsohn Ricardo Pereira

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos aquele que foi o meu orientador Professor Waldir Rampinelli, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos, paciência e motivação na elaboração deste trabalho.

Aos funcionários administrativos da secretaria sempre atenciosos e prestativos.

À minha companheira Claudia sempre acreditando no meu desempenho e incentivando nos momentos de dificuldades, às minhas filhas Dayanne e Raphaela pelo carinho e apoio na realização dos meus projetos, aos meus sogros sempre presentes dando apoio e incentivo.

Aos meus colegas de curso e agora bons amigos que juntos vivemos experiências inesquecíveis, sofremos as dificuldades da academia e perseveramos nesta conquista.

A todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão do curso.

E agradeço a vida pela oportunidade que me foi dada.

*“A história de toda sociedade até
hoje é a história da luta de classes.”
Karl Marx, 1848.*

RESUMO

Este trabalho monográfico tem o propósito de compreender o desenvolvimento industrial no Brasil, no período de 1950 até 1964 sob o olhar marxista da Teoria da Dependência. Para conceber essa abordagem foram confrontadas as perspectivas de aspectos referentes a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), com a preocupação pelo fato de que o crescimento econômico nos países ricos e centrais do capitalismo, industrializados e desenvolvidos tecnologicamente não levava necessariamente ao crescimento dos países mais pobres periféricos ao sistema capitalista. Para legitimar empiricamente essa discussão, foram realizadas pesquisas bibliográficas para levantamento de conceitos de diferentes autores. Os dados foram tratados por meio da análise do conteúdo, em uma abordagem temática. Como resultado, os aspectos relacionados a teoria da dependência levado ao extremo resultou na aplicação de modelos de substituição de importações e à implementação de uma série de políticas protecionistas, especialmente nos países da América Latina.

Palavras chaves: Marxismo. Teoria. Dependência. Desenvolvimento. Brasil.

ABSTRACT

This monographic work has the purpose of understanding the industrial development in Brazil, in the period from 1950 to 1964 under the Marxist perspective of the Theory of Dependency. The perspectives of aspects referring to the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) were confronted, to conceive this approach, with the concern for the fact that economic growth in rich and central countries of capitalism, industrialized and technologically developed, did not necessarily lead to the growth of the poorest countries peripheral to the capitalist system. Bibliographic research was carried out to survey concepts from different authors in order to empirically legitimize this discussion, Data was treated through content analysis, in a thematic approach. As a result, aspects related to dependency theory, taken to an extreme, culminated in the application of import substitution models and the implementation of a series of protectionist policies, especially in Latin American countries.

Keywords: Marxism. Theory. Dependency. Development. Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEA - Conferência Estatística das Américas

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CRP - Conselho Regional de Planejamento

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

| | | |
|---------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 1.1 | Apresentação/Formulação do Problema..... | 6 |
| 1.2 | Justificativa..... | 7 |
| 1.3 | Objetivos..... | 8 |
| 1.3.1 | Objetivo Geral..... | 8 |
| 1.3.2 | Objetivos Específicos..... | 8 |
| 1.4 | Metodologia de Pesquisa..... | 8 |
| 1.5 | Descrição dos capítulos..... | 9 |
| 2 | REVISÃO DA LITERATURA..... | 9 |
| 2.1 | Como a história global coloca o marxismo em crise..... | 10 |
| 2.2 | CEPAL..... | 16 |
| 2.2.1 | O desenvolvimento econômico dos países ricos..... | 19 |
| 2.2.2 | O crescimento e a política de desenvolvimento..... | 19 |
| 2.3 | A teoria marxista da dependência..... | 23 |
| 2.3.1 | Teorização do Marxismo nas Relações Internacionais..... | 26 |
| 2.3.1.1 | Marxismo Clássico, Tendência do Imperialismo..... | 30 |
| 2.3.1.2 | O fundamento da teoria..... | 31 |
| 2.3.1.3 | Marx e as Relações Internacionais: o aspecto internacional da teoria..... | 32 |
| 2.4 | O desenvolvimento industrial no Brasil, no período de 1950 a 1964..... | 33 |
| 2.5 | O avanço econômico brasileiro sob a ótica da teoria da dependência de Marx..... | 43 |
| 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| 4 | REFERÊNCIAS..... | 54 |

1 INTRODUÇÃO

A teoria da dependência é um conjunto de ideias que nega os benefícios do comércio internacional propostos pela escola clássica e explica o subdesenvolvimento dos países periféricos ao sistema capitalista global através da subordinação ou submissão que ocorre aos países desenvolvidos e centrais ao sistema.

Parece que estas ideias tentam encontrar uma resposta teórica para o porquê da estagnação econômica nos países subdesenvolvidos, principalmente os latino-americanos no século XX. A Teoria da Dependência começou a se formar nas décadas de 1950 a 1970, quando um grupo de especialistas latino-americanos se preocupou com a estagnação socioeconômica que assolava a América Latina.

Acima de tudo, parte-se da premissa de que a economia global gera um sistema de desigualdades para os países subdesenvolvidos e, portanto, prejudicial. As economias dos países desenvolvidos estão crescendo e se fortalecendo, enquanto as economias dos países subdesenvolvidos estão cada vez mais frágeis e fracas.

Além disso, a teoria afirma que existe um eixo ou um país que atua como centro do sistema. É um país desenvolvido com alto nível de investimento em sua infraestrutura produtiva e tecnológica. Por isso, os bens e serviços que produzem são processados e de alto valor agregado.

Por outro lado, em torno deste eixo central estão muitos países periféricos ou subdesenvolvidos, que devido ao seu baixo nível de industrialização produzem apenas as *commodities*, alimentos não processados, minerais e outras matérias-primas básicas; que têm muito pouco valor de mercado e, portanto, seus preços são muito baixos.

Consequentemente, os países subdesenvolvidos sofrem cada vez mais com uma maior marginalização tanto industrial, tecnológica, quanto social, diante dos países industrializados, ricos e desenvolvidos.

A princípio, essa teoria nasceu na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) entre 1950 e 1960. Especialmente através dos estudos de Raúl Prebisch, economista argentino que foi secretário executivo da CEPAL. As ideias de Prebisch tratava de encontrar uma explicação para o subdesenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

Assim, foi formulada por Raul Prebisch a argumentação da dependência econômica como uma relação centro/periferia que ocorria entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. De fato, ele propôs que a crescente desigualdade se devia à acentuada disparidade gerada nas relações comerciais que se estabeleciam entre os países no Sistema Mundo. Assim, as economias dos países subdesenvolvidos estão subordinadas às economias dos países desenvolvidos que compravam insumos e matérias-primas de baixo custo no mercado mundial e os transformavam em produtos com tecnologias avançadas ou industrializados de alto valor agregado.

Posteriormente, esses produtos de alto valor agregado exportados pelos países centrais eram vendidos no mercado a preços elevados e suas economias se desenvolviam cada vez mais, em contraste com a deterioração sofrida pelas economias dos países periféricos contribuindo ainda mais no distanciamento econômico e a desigualdade nos resultados dos países envolvidos.

Por outro lado, os teóricos da dependência marxistas, explicam o subdesenvolvimento e as desigualdades que ocorrem não só nos países da América Latina, mas também ao nível da economia mundial. A desigualdade que é marcada entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos ocorre porque os países desenvolvidos desempenham o papel de países centrais na grande metrópole do mundo capitalista e são sustentados pela exploração dos países periféricos ou satélites.

Conseqüentemente, os países periféricos não podem se desenvolver economicamente porque qualquer excedente produzido pelas grandes corporações transcontinentais passa para as grandes metrópoles, através de remessas de lucros, onde são instaladas as sedes das grandes corporações capitalistas, que crescem cada vez mais com os resultados financeiros e em contra partida os países subdesenvolvidos empobrecem pela exploração. Eles veem isso acontecendo como um efeito do sistema capitalista.

1.1 Apresentação/Formulação do Problema

A teoria da modernização enfatizou fatores internos ao fazer uma exceção da ciência. A teoria da dependência e seu parente próximo, a teoria do sistema mundial, enfatizavam o papel das relações externas no processo de desenvolvimento. As

relações com os países desenvolvidos e principalmente com as empresas transcontinentais foram vistas como barreiras. O crescimento econômico foi controlado por forças externas à economia nacional.

A teoria da dependência enfocou nações individuais, seu papel como fornecedores de matérias-primas, mão de obra barata e mercados para bens manufaturados caros dos países industrializados. A relação de troca desigual entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos foi vista como fator que contribuiu para o fraco crescimento econômico destes países periféricos.

A teoria do sistema mundial assumiu uma perspectiva mais abrangente, examinando a rede mais ampla de relações entre os países industrializados do "centro", os países "periféricos" empobrecidos e um grupo de países "semiperiféricos" para mostrar como alguns estão em desvantagem por sua posição no sistema global.

Devido à sua superespecialização em um pequeno número de *commodities* para exportação, à influência econômica desenfreada de organizações externas e ao poder político exercido por agentes locais do capital, os países da periferia do sistema capitalista global continuam a ser caracterizados por altos níveis de desigualdade econômica, baixos níveis de democracia e crescimento econômico atrofiado.

1.2 Justificativa

A relevância científica deste trabalho envolve a determinação das necessidades técnicas que motivam a pesquisa, ou seja, apesar de amplos estudos já realizados, ainda existem aspectos não investigados com falta de estudos na área, ou mesmo dúvidas sobre o principal problema identificado que podem ser resolvidas com esta explanação.

A relevância social do trabalho tem a ver com a importância da pesquisa na esfera social e na solução de problemas econômicos existentes, relacionados ao contexto específico do estudo, ou seja, envolve a detecção de situações sociais e econômicas que de alguma forma requerem a busca de respostas aos problemas identificados.

A relevância pessoal deste trabalho envolve aspectos relacionados ao próprio interesse do pesquisador na área de História Econômica Contemporânea do Brasil que constituem motivações para a realização do presente estudo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo principal desta trabalho é apresentar aspectos sobre a Teoria da Dependência a partir da visão marxista sobre a política desenvolvimentista no Brasil, no período de 1950 até 1964.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar como a história global coloca o marxismo em crise a partir da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) e o desenvolvimento econômico dos países ricos aliado ao crescimento e a política de desenvolvimento;
- Conceituar a teoria marxista da dependência nas Relações Internacionais com fundamento de Marx;
- Compreender o desenvolvimento industrial no Brasil, no período de 1950 a 1964 e seu avanço econômico sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência .

1.4 Metodologia de Pesquisa

A metodologia deste trabalho tem como finalidade básica o objetivo descritivo com base em assuntos teóricos já abordados nas obras bibliográficas pesquisadas, e com abordagem qualitativa, com análise crítica de dados coletados, com resultados subjetivos, não mensuráveis por meio de opiniões, experiências e expectativas dos autores pesquisados.

O método é dedutivo, buscando encontrar respostas a partir de premissas gerais, e fenomenológico, apresentando dados e esclarecendo-os da forma que são, não explicando sua origem nem por dedução, mas apenas interpretando os resultados como foram apresentados.

Por fim, a revisão de literatura foi escrita com padrão acadêmico demonstrando conhecimento e compreensão da literatura sobre o tema colocado no contexto, incluindo ainda uma avaliação crítica do material pesquisado.

1.5 Descrição dos capítulos

Este trabalho está composto de dois capítulos, onde o primeiro diz respeito a introdução com apresentação e formulação do Problema de Pesquisa, a justificativa, os objetivos, geral e específicos, a metodologia de pesquisa e a descrição dos capítulos.

O segundo capítulo está composto pela revisão da literatura descrevendo todos os objetivos específicos, as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas para fundamentar teoricamente a revisão da literatura.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A história global, pelo menos em suas versões baseadas no paradigma do “sistema-mundo”, faz parte da ampla linhagem de materialismos históricos do Iluminismo. Parece, portanto, aberto a uma redistribuição de programas teóricos e políticos inspirados pelo marxismo.

Mas também pode ser que ela dê, ao contrário, um golpe fatal nessa visão da história esboçada por Marx em termos de “modos de produção” sucessivos, que acabou levando do capitalismo à sua superação no socialismo. De fato, ao se verificar a fecundidade do conceito de sistema mundo, a perspectiva linear, teleológica, própria da tradição marxista, voltada para uma emancipação entendida como consumação da modernidade, parece ceder primazia a uma concepção cíclica. O futuro não é o que costumava ser.

Os teóricos marxistas da história global apontaram a deficiência geográfica do marxismo, mas, de acordo com Hobsbawm (2011), sem apreender plenamente seu fundamento, que reside na própria natureza de seu conceito matriz, o de “modo de produção” (cuja proporção de classe é o correlato).

Enquanto um sistema mundo diz respeito a um conjunto de lugares concretamente determinados (centros, periferias, etc.), um modo de produção, que define um tipo formal de relação entre forças produtivas e relações sociais de produção, desconsidera qualquer referência territorial. Esse formalismo prejudica o marxismo em sua capacidade de apreensão dos fenômenos históricos e, em

particular, do nosso momento, o da globalização neoliberal, onde está em jogo uma paradoxal territorialidade global.

Harvey (2020) certamente embarcou em um programa frutífero de análise geográfica do capitalismo. Mas, ela só pode acabar à custa de uma refundação do marxismo. A teoria marxista desenvolveu-se de forma unilateral e falha. Ela não pode ser reerguida sem ser reconstituída em uma concepção mais ampla, definindo a estrutura social moderna a partir de uma melhor concepção de sua "meta-estrutura", isto é, de seus pressupostos - no sentido de que, para Marx, o mercado, como forma jurídico-econômica, é o pressuposto "lógico" do capital.

Essa abordagem, que denomino "meta-estrutural", permite conceber a relação que existe entre uma territorialização sistêmica, a do sistema-mundo, e uma territorialização estrutural, a do estado nacional de classe - um conceito que a tradição advinda de Marx não conseguiu elaborar.

Ela fornece ao marxismo, levado ao nível do meta-marxismo, os meios para enfrentar a problemática cíclica própria da história global. Isso lhe dá, de certa forma, uma segunda chance. Ela define, não uma ordem por vir, onde as relações de classe seriam superadas, mas antes de tudo um fato dado, uma transformação epocal da relação entre a espécie humana e seu "território": não uma pós-modernidade, mas uma ultramodernidade caracterizada pelo imbróglio entre o sistema-mundo moderno e um estado-mundo de classe (BIDET, 2004).

2.1 Como a história global coloca o marxismo em crise

A descoberta progressiva, especialmente nas últimas duas décadas, de nossa história globalmente comum deveria ser uma grande alegria para todos os humanos. Estamos interagindo há milênios, apesar de todos os conflitos e guerras que já fomos e somos testemunhas. Então não somos tão diferentes. Tal pensamento deve confortar aqueles que se propõem a lutar por um "futuro comum".

Pode ser, no entanto, que essa descoberta desencadeie nos herdeiros de Marx uma crise sem precedentes, uma crise de identidade. Tanto mais que o marxismo se vê aqui confrontado, não com uma visão defendida por adversários, mas com uma ideia que se desenvolveu dentro dele.

Desde o início, o conceito de sistema-mundo parece fornecer ao marxismo um novo ímpeto. É sem dúvida a principal inovação que nela surgiu na segunda metade do século XX. Permite tomar como objeto aquilo que o marxismo de Marx, centrado na relação entre as classes, não teorizou de forma operacional: a relação entre as nações (e outros territórios).

A teoria do imperialismo indicava, é verdade, a direção em que era preciso progredir. A “teoria da dependência” conseguiu dar uma gramática à luta anti-imperialista apontada por Wallerstein (GONÇALVES, 2010).

A análise braudeliana em termos de “sistema-mundo” define uma estrutura a partir da qual se pode conceber a sociedade capitalista moderna como um todo e, em particular, em sua dimensão colonial, centros-periferias. Que teoria das classes sociais e do Estado não basta.

Pode ter parecido a princípio que a abordagem em termos de sistema-mundo moderno era, em última análise, apenas uma nova maneira de colocar a Europa no centro do sistema. Mas verificou-se que este conceito tinha um alcance muito mais vasto, podendo ser aplicado a outras áreas geográficas e constituindo também um esquema relevante para a articulação entre as grandes épocas históricas (SOUZA, 2004).

Mostrou-se capaz de recolher e reciclar os operadores da análise marxista: modos de produção, classes, lutas de classes e outros processos estatais e ideológicos encontraram aí o seu lugar. Este modelo abrangente abriu uma perspectiva relacional (versus essencialista), implicando uma compreensão dos elementos a partir do todo.

Enriqueceu a cabedal marxista de novas ferramentas, mais adequadas para apreender as relações econômicas, políticas e culturais entre as sociedades. Libertou o marxismo, que de fato se aclimatou facilmente ao território de investigação assim definido, que se tornou agora o seu campo de exercício quotidiano: estudos culturais, estudos subalternos, estudos pós-coloniais, alter-globalismo, eco-socialismo entre outros (MACHADO, 2016).

Resta saber se essa nova abordagem deve ser entendida como uma extensão do conjunto de conceitos marxista ou, antes, como uma passagem para um paradigma completamente diferente.

Na verdade, traz à tona os limites e ambiguidades do conceito marxista de “modo de produção”. Marx é certamente um pensador da totalidade: ele analisa o capitalismo como uma rede universal e o capital como um movimento de expansão ilimitada. Ele também é um pensador da singularidade: essa “forma econômica” existe por definição apenas dentro (e a partir de) Estados-nação particulares, porque não há infraestrutura sem uma superestrutura estatal, estabelecida em um território definido.

Mas o conceito de "modo de produção" ou "modo de produção capitalista" - porque não tem determinante geográfico - não fornece nada para pensar a relação entre esses dois termos: entre o elemento singular, o estado-nação, e o totalidade, o mundo. É puramente “estrutural”, definindo formalmente uma estrutura de classe e a forma de Estado que ela acarreta.

Para pensar o sistema, a relação entre o todo global concreto e as partes nacionais (e outras), é necessário um conceito "sistêmico", não no sentido de uma alternativa - o sistema-mundo moderno só é concebido em sua relação com capitalismo – mas como uma configuração de natureza completamente diferente.

A teoria da dependência foi uma das tentativas mais originais de caracterizar os padrões de acumulação e a interrelação entre o processo de desenvolvimento capitalista no centro e o do subdesenvolvimento na periferia, pois reelaborou as teorias do imperialismo com uma visão do Sul global (SANTOS, 2020).

A teoria marxista da dependência em particular foi aquela que, distanciando-se das abordagens weberianas ou desenvolvimentistas da dependência, colocava a impossibilidade de empreender um processo de desenvolvimento econômico independente no quadro do sistema capitalista da mesma forma que os países já desenvolvidos.

Dependência tem sido um conceito que historicamente esteve associado à necessidade de compreender a estratificação do mundo em nações com diferentes hierarquias, sejam elas militares, políticas e econômicas. Em termos genéricos, a dependência pode ser definida como a falta de capacidade de manipular os elementos operacionais de um sistema econômico, que pode ser expressa através da transferência de excedentes da periferia para o centro, a superexploração da força de trabalho e a consolidação de uma estrutura econômica desequilibrada dependente do capital internacional e do sistema de poder mundial, sendo condicionados à sua

inserção na divisão internacional do trabalho, de a capacidade de geração endógena de tecnologia, o grau de estrangeirização da estrutura industrial, a vulnerabilidade do balanço de pagamentos e a estrutura interna da luta de classes (ROXBOROUGH, 1988; FERREIRA; OSORIO; LUCE, 2015).

Ainda existem pontos de sérias discordâncias entre as várias linhagens de teóricos da dependência e é um erro pensar que existe apenas uma teoria unificada da dependência. No entanto, existem algumas proposições centrais que parecem estar subjacentes às análises da maioria dos teóricos da dependência.

A dependência pode ser definida como uma explicação do desenvolvimento econômico de um estado em termos de influências externas - políticas, econômicas e culturais - sobre as políticas de desenvolvimento nacional (SUNKEL, 1969).

Santos (1970) enfatiza a dimensão histórica das relações de dependência definindo que a dependência é má condição histórica que molda uma determinada estrutura da economia mundial de tal forma que favorece alguns países em detrimento de outros e limita as possibilidades de desenvolvimento da economia subordinada, uma situação em que a economia de um determinado grupo de países é condicionado pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, à qual a sua própria está sujeita.

Existem três características comuns a essas definições que a maioria dos teóricos da dependência compartilha. Em primeiro lugar, a dependência caracteriza o sistema internacional como composto por dois conjuntos de estados, descritos de maneira variada como dominante / dependente, centro / periferia ou metropolitano / satélite. Os estados dominantes são as nações industrializadas e tecnologicamente avançadas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os estados dependentes são aqueles estados da América Latina, Ásia e África que têm o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* baixo e que dependem fortemente da exportação de uma única mercadoria ou de uma cesta de produtos *in natura* ou com pouca transformação para ganhos em moeda estrangeira.

Em segundo lugar, ambas as definições têm em comum a suposição de que as forças externas são de importância singular para as atividades econômicas nos estados dependentes. Essas forças externas incluem corporações multinacionais, mercados internacionais de *commodities*, assistência estrangeira, comunicações e

quaisquer outros meios pelos quais os países industrializados e avançados possam representar seus interesses econômicos no exterior.

Em terceiro, todas as definições de dependência indicam que as relações entre os estados dominantes e dependentes são dinâmicas porque as interações entre os dois conjuntos de estados tendem a não apenas reforçar, mas também intensificar os padrões desiguais. Além disso, a dependência é um processo histórico muito arraigado, enraizado na internacionalização do capitalismo.

A dependência é um processo contínuo. A América Latina é hoje, e tem sido desde o século XVI, parte de um sistema internacional dominado pelas nações agora desenvolvidas. O subdesenvolvimento latino é o resultado de uma série particular de relações com o sistema internacional (BODENHEIMER, 1971).

Em suma, a teoria da dependência tenta explicar o atual estado de subdesenvolvimento de muitas nações do mundo examinando os padrões de interações entre as economias e argumentando que a desigualdade entre elas é uma parte intrínseca dessas interações.

A maioria dos teóricos da dependência considera o capitalismo internacional a força motriz por trás das relações de dependência. André Gunder Frank (1967), um dos primeiros teóricos da dependência, é bastante claro neste ponto ao enfatizar que a pesquisa histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, o produto histórico de relações econômicas passadas e contínuas e outras relações entre os satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos agora desenvolvidos. Além disso, essas relações são uma parte essencial do sistema capitalista em uma escala mundial como um todo.

De acordo com essa visão, o sistema capitalista impôs uma rígida divisão internacional do trabalho, que é responsável pelo subdesenvolvimento de muitas regiões do mundo. Os estados dependentes fornecem minerais baratos, *commodities* agrícolas e mão de obra barata, e também servem como repositórios de capital excedente, tecnologias obsoletas e produtos manufaturados.

Essas funções orientam as economias dos estados dependentes para o exterior: dinheiro, bens e serviços fluem para os estados dependentes, mas a alocação desses recursos é determinada pelos interesses econômicos dos estados dominantes, e não pelos interesses econômicos do estado dependente.

Esta divisão do trabalho é, em última análise, a explicação para a pobreza e há pouca dúvida de que o capitalismo considera a divisão do trabalho uma condição necessária para a alocação eficiente de recursos. A manifestação mais explícita dessa característica está na doutrina da Vantagem Comparativa¹.

Além disso, em grande medida os modelos de dependência assentam no pressuposto de que o poder econômico e o poder político estão fortemente concentrados e centralizados nos países industrializados e detentoras de tecnologias inovadoras, um pressuposto partilhado com as teorias marxistas do imperialismo. Se essa suposição for válida, qualquer distinção entre poder econômico e político é espúria: os governos tomarão todas as medidas necessárias para proteger os interesses econômicos privados, como os detidos por corporações multinacionais.

Nem todos os teóricos da dependência, no entanto, são marxistas e deve-se distinguir claramente entre dependência e uma teoria do imperialismo. A teoria marxista do imperialismo explica a expansão do estado dominante, enquanto a teoria da dependência explica o subdesenvolvimento. Dito de outra forma, as teorias marxistas explicam as razões pelas quais ocorre o imperialismo, enquanto as teorias da dependência explicam as consequências do imperialismo. A diferença é significativa. Em muitos aspectos, o imperialismo é, para um marxista, parte do processo pelo qual o mundo se transforma e é, portanto, um processo que acelera a revolução comunista (LOSURDO, 2019).

Marx e James (apud Chatterjee, 2004) indicam que a Inglaterra tem que cumprir uma missão dupla na Índia: uma destrutiva, a outra regeneradora - a aniquilação da velha sociedade asiática e o lançamento das bases materiais da sociedade ocidental na Ásia.

Para os teóricos da dependência, o subdesenvolvimento é uma condição totalmente negativa que não oferece nenhuma possibilidade de atividade econômica sustentada e autônoma em um estado dependente. Além disso, a teoria marxista do imperialismo se autoliquida, enquanto a relação de dependência se autoperpetua. O

¹ A Vantagem Comparativa busca explicar diferenças de produção e comércio entre dois países ou nações diferentes, baseando-se em um mesmo produto. A ideia é analisar qual dos envolvidos possui um menor custo de oportunidade de um mesmo bem.

fim do imperialismo na estrutura leninista ocorre quando as potências dominantes entram em guerra por um número cada vez menor de oportunidades exploráveis.

A Primeira Guerra Mundial foi, para Lenin, a prova clássica dessa proposição. Depois que a guerra acabou, a Grã-Bretanha e a França assumiram o controle das ex-colônias alemãs. Um teórico da dependência rejeita essa proposição. Um relacionamento dependente existe independentemente da identidade específica do estado dominante.

O fato de os estados dominantes poderem lutar pela disposição dos territórios dependentes não é em si uma informação pertinente (exceto que os períodos de luta entre os estados dominantes oferecem oportunidades para os estados dependentes romperem seus relacionamentos de dependência).

Para um teórico da dependência, a característica central da economia global é a persistência da pobreza ao longo de todo o período moderno virtualmente nas mesmas áreas do mundo, independentemente de qual estado estava no controle.

Finalmente, existem alguns teóricos da dependência que não identificam o capitalismo como a força motriz por trás de uma relação de dependência. A relação é mantida primeiro por um sistema de poder e não parece que o poder seja sustentado apenas pelo capitalismo.

Por exemplo, o relacionamento entre os antigos estados dependentes no bloco socialista (os estados do Leste Europeu e Cuba, por exemplo) era muito semelhante ao relacionamento entre os estados pobres e os estados capitalistas avançados. A possibilidade de que a dependência esteja mais intimamente ligada às disparidades de poder do que às características particulares de um determinado sistema econômico é intrigante e consistente com as análises mais tradicionais das relações internacionais, como o realismo.

2.2 Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL)

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Foi fundada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenando ações direcionadas a esse fim e fortalecendo os laços econômicos entre os países e com

outras nações do mundo. A promoção do desenvolvimento social da região foi posteriormente incluída entre seus objetivos principais.

A CEPAL está sediada em Santiago, Chile. Possui duas sedes sub-regionais: uma na Cidade do México para atender às necessidades da sub-região centro-americana e outra em Porto da Espanha, capital de Trinidad e Tobago para atender ao Caribe. Além disso, a CEPAL mantém escritórios nos países em Buenos Aires, Brasília, Montevideu e Bogotá, bem como um escritório de ligação em Washington, nos Estados Unidos da América (HAFFNER, 2002).

O objetivo geral da CEPAL é promover o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável da América Latina e do Caribe por meio da cooperação internacional contínua, realizando pesquisas e análises abrangentes dos processos de desenvolvimento e prestando serviços de cooperação normativa, operacional e técnica relevantes em apoio aos esforços de desenvolvimento.

A implementação e a responsabilização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável exigirão uma mudança de paradigma e uma nova arquitetura institucional renovada e uma colaboração inovadora nos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Na verdade, é no Sul global que grandes inovações precisam acontecer e estão realmente acontecendo.

A CEPAL é uma instituição orientada a dados. No início, econômico e social e, mais recentemente, meio ambiente, gênero e população tornaram-se pilares essenciais da agenda e é bem conhecida por suas pesquisas macroeconômicas e setoriais internas e capacidades analíticas. Em seus mais de 60 anos de existência, conta com uma ampla rede de especialistas e multi *stakeholders* da região.

Atualmente, a CEPAL é a secretaria de nove órgãos intergovernamentais subsidiários que reúnem autoridades nacionais, atores-chave do setor privado e outras partes interessadas. Algumas estão intimamente relacionados com esta iniciativa de governo aberto:

- Conferência Estatística das Américas (CEA), que traz os Sistemas Nacionais de Estatística e fornece uma plataforma para compartilhamento de conhecimento, disseminação de metodologias e capacitação em toda a região.

- Conselho Regional de Planejamento (CRP) que convoca os Ministros do Planejamento e está promovendo a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos processos nacionais de planejamento com visão de longo prazo e com a participação da Sociedade Civil e organizações do setor privado.
- Conferência Regional sobre a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe.

Conectada a esses processos institucionais, a CEPAL também está participando ativamente e apoiando a Parceria Governo Aberto.

A implementação da Agenda 2030 precisará de habilidades e capacidades para gerar novos conhecimentos, dados e ideias baseadas em evidências, bem como defesa de políticas em áreas como agendas de igualdade, inclusão e justiça social; estabilidade financeira e financiamento para o desenvolvimento.

A Cepal considera ser preciso sair da armadilha da dependência da extração de recursos naturais e avançar para a diversificação estrutural combinando a revolução tecnológica com a necessidade urgente de padrões de consumo e produção mais ambientalmente orientados. A mudança de paradigma exigirá pactos sociais e políticos renovados com várias partes interessadas para passar da cultura do privilégio para uma cultura de igualdade.

Dados, novas métricas, indicadores e metodologias multidimensionais serão fundamentais nesses novos pactos sociais. O fortalecimento dos ecossistemas de dados será essencial para se afastar dos negócios de sempre. A geração atual já faz parte da revolução tecnológica. Agora é preciso vontade política para colocar tudo ao alcance de todos. É por isso que o acesso à informação é uma parte essencial da democracia e da futura governança.

Informações que podem ser obtidas em tempo real através da revolução do fenômeno “*big data*”, indicadores que precisam ser analisados historicamente através dos sistemas estatísticos nacionais e metodologias geográficas para entender muito melhor o território e as agendas locais. Novos marcos institucionais exigirão melhor coordenação regional, com base em iniciativas existentes já em andamento dentro e fora do Sistema ONU.

Em 1996, em virtude da resolução 553 da CEPAL, a Comissão foi encarregada, entre outras coisas, de colaborar com os Estados membros em uma análise abrangente dos processos de desenvolvimento voltados para o projeto, monitoramento e avaliação de políticas públicas e a consequente prestação de serviços nas áreas de informação especializada, serviços de assessoria, formação e apoio à cooperação e coordenação regional e internacional.

A avaliação é parte integrante do trabalho da CEPAL em todas as suas áreas substantivas e tem contribuído para o planejamento, projeto e implementação efetivos de programas. Como um importante mecanismo de responsabilização, aumentou a legitimidade e a credibilidade da Comissão. Também ajudou a CEPAL a garantir uma orientação para resultados nas atividades que realiza e a identificar os impactos de suas intervenções. Além disso, tem sido um importante motor de aprendizagem institucional, permitindo à CEPAL replicar as melhores práticas e aplicar abordagens inovadoras.

2.2.1 O desenvolvimento econômico dos países ricos

De acordo com Bresser-Pereira (2014), o crescimento econômico é o instrumento mais poderoso para reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida nos países em desenvolvimento. Tanto a pesquisa entre países quanto os estudos de caso nacionais fornecem evidências contundentes de que o crescimento rápido e sustentado é fundamental para progredir mais rapidamente em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – e não apenas o primeiro objetivo de reduzir pela metade a proporção global de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia.

O crescimento pode gerar círculos virtuosos de prosperidade e oportunidade. O forte crescimento e as oportunidades de emprego melhoram os incentivos para que os pais invistam na educação de seus filhos, enviando-os para a escola. Isso pode levar ao surgimento de um grupo forte e crescente de empreendedores, o que deve gerar pressão por uma melhor governança (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013).

O forte crescimento econômico, portanto, promove o desenvolvimento humano, que, por sua vez, promove o crescimento econômico. Mas em condições diferentes, taxas de crescimento semelhantes podem ter efeitos muito diferentes sobre a pobreza, as perspectivas de emprego dos pobres e indicadores mais amplos de desenvolvimento humano. A medida em que o crescimento reduz a pobreza depende

do grau em que os pobres participam do processo de crescimento e compartilham seus rendimentos. Assim, tanto o ritmo como o padrão de crescimento são importantes para a redução da pobreza (MARIANO, 2019).

Uma estratégia bem sucedida de redução da pobreza deve ter em seu núcleo medidas para promover o crescimento econômico rápido e sustentado. O desafio para a política é combinar políticas que promovam o crescimento com políticas que permitam aos pobres participarem plenamente das oportunidades liberadas e, assim, contribuir para esse crescimento. Isso inclui políticas para melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, eliminar as desigualdades de gênero e aumentar a inclusão financeira (CARVALHO et al., 2015).

O crescimento futuro terá de se basear num mundo cada vez mais globalizado que oferece novas oportunidades, mas também novos desafios. As novas tecnologias oferecem não apenas um potencial de “recuperação”, mas também possibilidades de “saltos”. A nova ciência oferece melhores perspectivas nos setores produtivo e de serviços. O crescimento futuro também terá de ser ambientalmente sustentável (MACHADO, 2012).

2.2.2 O crescimento e a política de desenvolvimento

De acordo com Acemoglu e Robinson (2022), historicamente, nada funcionou melhor do que o crescimento econômico para permitir que as sociedades melhorassem as chances de vida de seus membros, incluindo aqueles que estão na base.

A lição central dos últimos 50 anos de pesquisa e política de desenvolvimento é que o crescimento econômico é a maneira mais eficaz de tirar as pessoas da pobreza e cumprir seus objetivos mais amplos para uma vida melhor. O crescimento ajuda as pessoas a saírem da pobreza. Pesquisas que comparam as experiências de uma ampla gama de países em desenvolvimento encontram evidências consistentemente fortes de que o crescimento rápido e sustentado é a maneira mais importante de reduzir a pobreza (ACOSTA; BRAND, 2019).

Uma estimativa típica desses estudos entre países é que um aumento de 10% na renda média de um país reduzirá a taxa de pobreza entre 20 e 30%. pela pesquisa em países individuais e em grupos de países. Por exemplo, um estudo emblemático de países na década de 1990 descobriu que, ao longo da década, a pobreza caiu nos

11 países que experimentaram crescimento significativo e aumentou nos três países com crescimento baixo ou estagnado. Em média, um aumento de 1% na renda per capita reduziu a pobreza em 1,7% (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2020).

Entre esses países, a redução da pobreza foi particularmente espetacular no Vietnã, onde a pobreza caiu 7,8% ao ano entre 1993 e 2002, reduzindo pela metade a taxa de pobreza de 58% para 29%. Outros países com reduções impressionantes neste período incluem El Salvador, Gana, Índia, Tunísia e Uganda, cada um com declínios na taxa de pobreza entre três e seis por cento ao ano. A condução dessas reduções gerais da pobreza foi a recuperação do crescimento que começou para a maioria dos países em meados da década de 1990. A taxa média de crescimento do PIB para os 14 países foi de 2,4% ao ano entre 1996 e 2003 (MORAIS, 2011).

Vários outros estudos de países mostram o poder do crescimento na redução da pobreza:

- Só a China tirou mais de 450 milhões de pessoas da pobreza desde 1979. Evidências mostram que o rápido crescimento econômico entre 1985 e 2001 foi crucial a esta enorme redução da pobreza (CAPELETTO, 2009).

- A Índia tem visto quedas significativas na pobreza desde a década de 1980, taxas que aceleraram na década de 1990. Isso está fortemente relacionado ao impressionante crescimento da Índia recorde ao longo deste período (LINS, 2014).

- Moçambique ilustra a rápida redução da pobreza associada ao crescimento durante um período mais curto. Entre 1996 e 2002, a economia cresceu 62 por cento e a proporção de pessoas que vivem na pobreza caiu de 69 por cento para 54 por cento (WERTZ-KANOUNNIKOFF; SITEO; SALOMÃO, 2011).

O crescimento transforma a sociedade. A ligação positiva entre crescimento e redução da pobreza é clara. O impacto da distribuição de renda nessa relação - em particular, se a maior desigualdade diminui a redução da pobreza gerada pelo crescimento - é menos claro.

Os níveis iniciais de desigualdade de renda são importantes para determinar quão poderoso um efeito crescimento na economia tem na redução da pobreza. Por exemplo, estima-se que 1% de aumento nos níveis de renda pode resultar em um declínio de 4,3% na pobreza nos países com desigualdade muito baixa ou um declínio de apenas 0,6% na pobreza em países altamente desiguais (BATISTA, 2016).

Tais cálculos precisam ser interpretados com cuidado, dada a multiplicidade de variáveis envolvidos. Mesmo que a desigualdade aumente junto com o crescimento, não é necessariamente o caso que os pobres deixarão de se beneficiar – apenas que eles se beneficiarão menos do crescimento do que outros domicílios.

Mas, ao contrário da crença generalizada, o crescimento não leva necessariamente a um aumento de desigualdade. Embora algumas pesquisas teóricas sugiram uma relação causal entre crescimento e desigualdade (e vice-versa), o consenso das últimas pesquisas empíricas é que não há relação consistente entre desigualdade e mudanças na renda.

As experiências dos países em desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990 sugerem que há uma probabilidade aproximadamente igual de crescimento ser acompanhado por aumento ou diminuição da desigualdade (MEDEIROS, 2012).

Em muitos países em desenvolvimento, as taxas de desigualdade são semelhantes ou inferiores às de países desenvolvidos. Uma série de estudos usando dados de vários países sugerem que o crescimento não tem um efeito positivo nem negativo sobre a desigualdade (BARRETO, 2005).

Isso não quer dizer que o aumento do crescimento não tenha levado ao aumento da desigualdade em alguns países. Devido à complexa relação de mão dupla entre crescimento e desigualdade, é impossível dizer se tal crescimento proporcional foi possível. Mesmo que fosse, pode ter ocorrido à custa de um crescimento maior. Se a taxa de crescimento foi suficientemente reduzida, a redução da pobreza pode ter sido menor do que as experiências de crescimento elevadas, mas relativamente desiguais, de cada país. Controlando a desigualdade inicial de ativos como terra e educação, a desigualdade de renda não parece mais desempenhar um papel na expansão ou redução das oportunidades de crescimento (ABREU, 2016).

Mas a desigualdade de ativos em si pode ser importante porque possuir um ativo que pode ser usado como garantia pode expandir acesso aos mercados financeiros. Esse acesso provavelmente favorecerá o crescimento quando permitir que mais famílias tenham a oportunidade de investir – o que é especialmente importante em economias onde o tamanho médio das empresas é pequeno.

Reduzir a desigualdade de ativos é um desafio, pois diz respeito ao estoque de riqueza e não ao fluxo de renda. A redistribuição de ativos pode ter um efeito adverso

sobre os incentivos para poupar e investir, o que pode mais do que neutralizar os efeitos positivos de uma propriedade de ativos mais equitativa. Além disso, muitas vezes é politicamente contencioso e pode ser desestabilizador.

2.3 A teoria marxista da dependência

Nesta tópicos, são compiladas teorias que podem ser descritas como economia heterodoxa – ou seja, em oposição à doutrina ortodoxa dominante. Todos os teóricos aqui apresentados referem-se, pelo menos em parte, à estrutura teórica de Marx em seus modelos.

Acima de tudo, no caso desses economistas selecionados, heterodoxo denota um forte afastamento da ênfase no indivíduo e da teoria da maximização da utilidade. Em contraste com os economistas da teoria da modernização, eles enfatizam o afastamento de um modelo de desenvolvimento eurocêntrico e a importância das especificidades regionais que um modelo de desenvolvimento deve levar em conta o contexto regional, como dependências coloniais e diferenças culturais são partes elementares do trabalho dos três teóricos.

O Marxismo não dogmático é talvez o melhor termo para descrever o conteúdo da obra de Elmar Altvater. Moldado por seu trabalho e engajamento dentro da Escola de Berlim, ele é um dos mais importantes economistas políticos heterodoxos da atualidade. Suas explicações substantivas abrangentes tratam com o sistema financeiro capitalista internacional, lidando com questões ambientais em conexão com o projeto atual do sistema de mercado e questões econômicas de desenvolvimento.

Altvater fez importantes contribuições para a América Latina, em particular para a crise da dívida dos anos 1980, introduz a limitação da exploração do meio ambiente como um importante bloco de construção no discurso da política de desenvolvimento ao se referir argumentativamente à *lei da entropia* – que converte a energia em outras formas e não pode ser perdida – da termodinâmica.

Nesse debate, ele conecta os limites da resiliência ambiental com a economia do desenvolvimento. Para Altvater, métodos de produção e geração de energia são duas partes mutuamente dependentes de um sistema econômico. A partir dessas considerações, Altvater deriva a necessidade de uma revolução solar, que não é apresentada apenas como uma reviravolta econômica na sociedade, mas também social e política.

O modelo de desenvolvimento de Altvater é caracterizado pela globalização e pelo impacto da rede global de comércio e fluxos de capital nas oportunidades de desenvolvimento dos países. A limitação do desenvolvimento pelo ambiente continua sendo um importante fator limitante em seu modelo.

Para ele, o desenvolvimento de recuperação no sentido de uma modernização - caminho de desenvolvimento teórico é inconcebível, mesmo pelo alto consumo de recursos nos países desenvolvidos. A fim de permitir o desenvolvimento regional e local, Altvater apela para a regulamentação supranacional do consumo de energia, do mercado de trabalho e dos fluxos de capital, a fim de levar em conta a estrutura global.

Limitado pelo meio ambiente, o desenvolvimento consiste nos dois aspectos do desenvolvimento local e da governança global. O marxismo não dogmático, que também se vale de ideias de outras teorias, é o fundamento teórico de suas análises – assim pode ser resumido, pelo menos em parte, o modelo de desenvolvimento de Elmar Altvater (FRIGOTTO et al., 2014).

André G. Frank é considerado um dos fundadores da teoria da dependência e também um importante proponente de uma teoria do sistema mundial - embora divergente de Wallerstein. A partir de um exame pessoal muito intenso da teoria da modernização (Escola de Chicago), desenvolveu um trabalho abrangente em torno das teses centrais da heterogeneidade estrutural e do desenvolvimento dependente com base na dependência histórica colonial e na marginalidade de muitos países e regiões do mundo entendidos como "subdesenvolvidos" (DOS SANTOS, 2020).

Seus primeiros trabalhos têm um forte foco na América Latina, enfatizando as condições de desenvolvimento em um sistema capitalista baseado no comércio e na acumulação comercial. A América Latina - de acordo com suas categorias centrais de análise - é o satélite que ajuda a metrópole (Europa) a acumular e, portanto, a riqueza.

A partir desta posição historicamente desenvolvida da metrópole, muitos países do mundo parecem ser subdesenvolvidos. As teses de Frank correspondem em grande parte a uma crítica pós-colonial da reprodução dos sistemas de poder históricos e coloniais.

O trabalho de Frank enfatiza as dependências históricas da ordem mundial de hoje e expande ainda mais sua argumentação com relação à teoria do desenvolvimento. Em sua teoria, o desenvolvimento passa a ser uma questão de

participação no sistema mundial e como a reprodução constante da história pode ser quebrada para esses países. Este argumento é também o maior alvo de sua obra: A constante repetição da história é difícil de provar.

O que é importante em seu trabalho é o exagero e a ilustração visual das relações, muitas vezes complexas, em suas análises. Suas teses foram assim acessíveis a um público mais amplo e são particularmente relevantes no debate latino-americano sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A teoria dos sistemas mundiais de Wallerstein é uma das teorias que tem desencadeado muita discussão sobre questões de desenvolvimento e ainda está sendo desenvolvida, especialmente em termos de sua implementação metódica. Em contraste com as teorias da modernização, a teoria dos sistemas mundiais é baseada em um processamento muito abrangente de conexões históricas, especialmente no que diz respeito aos desenvolvimentos na e com a África (SCHRÖDER, 2014)

Além da teoria marxista do capital, seu modelo é baseado nas abordagens da teoria da dependência. Periferia e centro também são as categorias de análise mais importantes da teoria dos sistemas mundiais, na qual a maioria dos estados pode ser classificada de acordo com sua posição na respectiva categoria. Entre essas duas zonas, a semiperiferia é a “zona ponte”.

O sistema mundial de Wallerstein deve ser entendido como uma explicação de um sistema que, como tal, forma um mundo. O mundo geográfico não representa, portanto, o quadro real do sistema mundial, pois a integração de novas regiões e estados como periferia representa uma parte importante do modelo explicativo teórico do sistema mundial. Na visão de Wallerstein, estados europeus como Inglaterra, Holanda e França formam os estados centrais. Outras regiões ou estados da Europa Oriental, África, América Latina ou Ásia, por outro lado, pertencem à periferia. Segundo Antweiler (apud KRAEMER, 2013), o sistema mundial tem as seguintes características:

O sistema mundial é uma entidade econômica e não política. A política é limitada em seu efeito aos estados individuais, o comércio e a economia seguem todo o sistema. O sistema mundial é, portanto, baseado em redes comerciais transnacionais.

A acumulação de capital é a força motriz do sistema, pois insufla a competição entre os Estados por mão de obra e matérias-primas baratas. Embora o processo esteja quase concluído historicamente, o sistema mundial é baseado na integração de regiões e estados que ainda não fazem parte do sistema mundial.

A expansão é desigual e existem subsistemas dentro do sistema mundial. A mobilidade entre as três zonas é garantida. O sistema é caracterizado por uma dinâmica de superprodução temporária, estagnação e expansão. Essa dinâmica leva a transformações do sistema mundial em intervalos de longo prazo.

Movimentos antissistêmicos são um componente do sistema. O sistema mundial serve como um modelo para analisar a posição de estados individuais e o efeito do sistema nesse estado ou, inversamente, o efeito de mudanças em um único estado em todo o sistema.

2.3.1 Teorização do Marxismo nas Relações Internacionais

Ancorada, como o próprio nome indica, na continuação das teses de Karl Marx, a chamada teoria “marxista” nas Relações Internacionais não pode ser entendida como uma teoria específica desse campo de estudos. Com efeito, embora se adapte à interpretação dos fenômenos internacionais, esta teoria decorre, na verdade, de uma reflexão mais global sobre as relações de poder de que Marx foi o iniciador. Levando em conta o pensamento do filósofo alemão, os teóricos marxistas se distinguiram de outras correntes teóricas das Relações Internacionais por seu desejo normativo de perturbar os princípios de funcionamento do mundo baseados, segundo eles, na exploração do homem pelo homem.

O pensamento global de Karl Marx sobre as relações de poder na sociedade foi a fonte de sua leitura sobre as Relações Internacionais. No entanto, para entender as contribuições da teoria marxista para a disciplina de Relações Internacionais, é necessário relembrar brevemente os fundamentos do próprio pensamento de Marx.

Interessado na evolução das sociedades humanas, Marx observa que esta sempre foi marcada por uma oposição entre opressores e oprimidos, seja nas sociedades escravistas, feudais ou capitalistas destacando que “A história de qualquer sociedade até os dias atuais é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2015, p. 6).

Ele considera, assim, que essa divisão da sociedade em classes é resultado de uma distribuição desigual dos meios de produção na qual ele também percebe o motor da história. Na sociedade capitalista, que é a última a surgir, é o proletariado apenas com sua força de trabalho que constitui a classe dos oprimidos, enquanto a classe dos opressores é formada por uma minoria dita "burguesa", detentora dos meios de produção.

Para Marx, essa situação está ligada à existência da propriedade privada, que não pode durar indefinidamente por causa do círculo vicioso que acarreta. Sendo o único objetivo dos capitalistas efetivamente acumular o máximo de lucro, a mais valia, eles são obrigados a recorrer ao progresso técnico para aumentar a produção a um custo cada vez menor.

O uso de máquinas substituindo gradativamente a força dos trabalhadores, resultando em um crescimento do desemprego levando ao empobrecimento da população. Este aumento da produção sendo, portanto, correlacionado com uma diminuição do consumo, o capitalismo só pode levar a crises de superprodução que terminarão na autodestruição do sistema e sua substituição pelo comunismo, uma sociedade coletivista e igualitária na qual as classes nem o estado subsistem.

Porém, para que ocorra o advento do comunismo, é imprescindível realizar a revolução do proletariado, conscientizando-o dessa situação de dominação.

Apesar de seu apoio a uma revolução mundial capaz de transcender as fronteiras "burguesas", como seu famoso "Proletários de todos os países, uni-vos!" (MARX; ENGELS, 2015, p. 3), a análise de Marx da política mundial era realmente muito limitada.

A contribuição mais importante do marxismo no campo das relações internacionais remonta a Vladimir Ilitch Oulianov, mais conhecido pelo nome de Lenin, que foi o primeiro a reunir as reflexões de vários pensadores marxistas (Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg ou Nicolai Boukharin em particular) para teorizar a ligação entre capitalismo global e conflitos dentro do sistema internacional, ou melhor, entre estados capitalistas.

No livro de título revelador, *Imperialism, the Supreme Stage of Capitalism* (Imperialismo, Estágio Supremo do Capitalismo) - 1917, Lenin observou que a concentração do capital devido à corrida pelo lucro conduz inevitavelmente ao

imperialismo, ou seja, a uma política posta em prática pelo capitalista Estado com o objetivo de aumentar seu domínio sobre os demais Estados não capitalistas.

A consequência desse imperialismo é o surgimento de atritos e às vezes de conflitos entre grandes potências capitalistas que, na procura de novos mercados para seus produtos, se chocam pelo controle dos territórios, e muito particularmente das colônias. Nessa perspectiva, somente o desaparecimento do capitalismo e o advento do comunismo permitirão eliminar o fenômeno da guerra, percebido como expressão da cultura burguesa.

A teoria leninista do imperialismo teve um impacto importante no mundo socialista, influenciando, pelo menos até ao fim da guerra fria, muitos acadêmicos e políticos, que se valeram deste pensamento para justificar a sua política externa (luta pela independência das colônias por exemplo).

Esta teoria será também alimentada pela emergência de novas reflexões no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, em particular a teoria da dependência tornando o imperialismo a causa do subdesenvolvimento nos países do Terceiro Mundo.

De acordo com Barbosa (2013), o sociólogo americano Immanuel Wallerstein também contribuiu com sua construção para o edifício marxista por meio de seu conceito de "sistema-mundo", descrevendo uma divisão do mundo em três zonas baseadas na desigualdade das relações econômicas: um centro desenvolvido explorando uma semiperiferia e uma periferia dos estados subdesenvolvidos.

Mas o marxismo, apesar da contribuição de muitos teóricos, permanecerá altamente criticado por seu reducionismo e seu determinismo, tornando o aspecto econômico o único fator em qualquer relação social e, portanto, em qualquer conflito. Por fim, a ideologia marxista não resistiu aos fracassos do bloco soviético e acabou perdendo muito de sua influência com a erosão da ideologia comunista no início dos anos 1990.

O marxismo evoluiu significativamente desde que suas ideias básicas foram lançadas por Karl Marx e Friedrich Engels em meados do século XIX, e mudanças ocorreram no pensamento de Marx durante sua vida, e suas teorias sempre estiveram sujeitas a interpretações conflitantes, apesar das análises, críticas de Marx, e aprovação do capitalismo.

O capitalismo representa uma economia abrangente, mas não desenvolveu um conjunto sistemático de ideias sobre as relações internacionais e seus vários fenômenos de forma clara, mas essa responsabilidade foi colocada sobre os ombros das gerações subsequentes de teóricos marxistas, além de que a adoção pela União Soviética e pela República Popular da China da ideologia marxista como credo oficial do país tem insistido na necessidade de desenvolver as ideias de Marx para servir aos interesses nacionais desses países.

E se enquadra sob o nome “Teoria Marxista nas Relações Internacionais”, muitas correntes que oferecem diferentes abordagens para a interpretação das relações internacionais e lidam em particular com questões de discrepância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e a interpretação de fenômenos importantes nas relações internacionais, como: (imperialismo, conflitos internacionais, dependência, termos de troca e globalização), e com a diferença dessas correntes e suas diferentes interpretações, compartilham suas raízes derivadas do pensamento marxista.

Muitos acadêmicos atribuem as razões do declínio do interesse pela teorização marxista nas relações internacionais a considerações ideológicas e geográficas. estendeu-se por cerca de cinco décadas (1945-1991).

Portanto, geograficamente, a localização territorial afetou negativamente a disseminação da teorização marxista, já que essas teses não eram populares, exceto no Bloco Oriental e em muitos países do Terceiro Mundo, particularmente na América Latina e na África, onde a maioria dos novos teóricos marxistas emergiu nesses países.

Muitos teóricos do campo das relações internacionais defendem que não existe uma teoria marxista nas relações internacionais, e consideram que se trata apenas de tentativas teóricas parciais para alguns fenômenos das relações internacionais, ou mesmo que sirva como uma alternativa ideológica e não uma alternativa teórica, como enfatizado nesta visão pelos defensores do que é conhecido como (a tendência predominante - Main Stream), e que (isto é, a teorização marxista) não se eleva ao nível da teoria, conforme se seguirá.

Por outro lado, a teorização marxista encontrou popularidade e prosperidade no campo da economia política internacional, e há até mesmo uma crença entre

alguns teóricos neste campo de que Karl Marx é o primeiro teórico da economia política, ao preencher a lacuna entre economia e política e quebrando a coluna da economia clássica baseada na separação. Entre a superestrutura e a infraestrutura, e então seu argumento de que é a infraestrutura (relações de produção) que constitui a superestrutura (relações políticas) e não o contrário.

Como mencionado anteriormente, Marx não tratou com clareza as relações internacionais e, para revisar essa teoria, é necessário abordar essas correntes que constituem o que pode ser considerado a teoria marxista de acordo com sua sequência cronológica, a saber:

2.3.1.1 Marxismo Clássico, Tendência do Imperialismo

Durante o período inicial do século XX, com o advento da primeira guerra mundial, surgiu uma geração de teóricos marxistas cujos nomes estão associados à tendência imperialista, principalmente John Hobson e Vladimir Lenin, e esses pensadores argumentam que os processos avançados na acumulação capitalista estavam empurrando os países capitalistas.

A principal tendência para o expansionismo colonial (colonialismo), e o marxismo tradicional é considerado uma das correntes iniciais mais importantes nas relações internacionais no início do século XX e explica alguns fenômenos internacionais, como o imperialismo e o conflito internacional sob o ângulo econômico, e a corrente marxista tradicional é considerada o núcleo a partir do qual foram lançadas as tentativas subsequentes de teorização marxista.

Embora o marxismo tradicional não tenha subido ao patamar de teoria nas relações internacionais semelhante a outras teorias como o realismo e o liberalismo, mas é considerado uma perspectiva revolucionária em termos de seu apelo à mudança do *status quo* (o modelo de estado) e buscando substituí-lo por outro (o modelo do comunismo global).

Essas ideias são evidentes nas tentativas de Hobson e Lenin em seus estudos sobre imperialismo e conflito internacional, e seu foco nos princípios do internacionalismo comunista e no direito dos povos à autodeterminação.

John Atkinson Hobson (1858-1940), foi um economista e pensador inglês que teve um papel de destaque no estudo do fenômeno do imperialismo no auge de seu

domínio nas relações internacionais. Pode-se dizer, até certo ponto, que a maior parte dos fundamentos da teoria marxista para explicar o imperialismo foram colocados apresentado por Hobson (do qual Lênin foi derivado), onde interpretou o imperialismo como resultado da incompatibilidade dentro do sistema capitalista, e embora o fenômeno do imperialismo como prática seja mais antigo do que como teoria estudada, Hobson é considerado o primeiro contribuir para o desenvolvimento do estudo marxista desse fenômeno.

Em sua interpretação do imperialismo, Hobson enfoca o capitalismo financeiro, e o vê como o principal fator que leva à eclosão de guerras entre Estados, e quanto às suas causas, vê que as guerras ocorrem como resultado de um estado de desequilíbrio ou paridade entre taxas de produção e taxas de consumo, uma vez que o excedente de produção nos países industrializados é acompanhado por uma contração significativa na demanda por *commodities*, o que leva esses países a buscar mercados externos em suas colônias para escoar o excedente de produção, a fim de evitar que crises econômicas ocorram nos países industrializados.

Em tal situação, as sociedades capitalistas são obrigadas a adotar uma política expansionista que os marxistas consideram uma manifestação do colonialismo e do imperialismo caso este recuse essa produção excedente.

Além disso, isso pode levar à ocorrência de conflitos e, posteriormente, ao desenvolvimento de guerras entre os próprios países industrializados pelo domínio das colônias e suas riquezas devido à contradição de interesses entre esses países.

Segundo essas idéias sobre o fenômeno do imperialismo, Hobson tenta nos explicar que o sistema capitalista monopolista é a principal causa de todas as crises, guerras e conflitos que irrompe em todas as partes do mundo entre as potências coloniais e suas colônias de acordo com as leis da dialética e do materialismo histórico, ou entre os os próprios colonizadores segundo a contradição de interesses, e esta análise mostra que a referida crise econômica se limita apenas ao sistema capitalista sem outros sistemas, e é a mesma ideia que Lenin confirma em seu estudo sobre o imperialismo e sua relação com o conflito internacional.

2.3.1.2 O fundamento da teoria

A história das sociedades é governada por relações de classes e antagonismos que decorrem automaticamente delas. É ao nível destes confrontos pelo controle que

se situa a realidade social. As instituições, inclusive o Estado, e as disputas políticas que ocorrem entre elas são apenas os elementos de uma "superestrutura" que não existe e que se contenta em reproduzir, mascarando, os conflitos de classes.

A superestrutura designa o conjunto de ideias de uma sociedade, ou seja, suas produções imateriais: instituições, leis, religião, pensamentos, filosofia, moral. Isso não significa, porém, que os fenômenos políticos e institucionais sejam desprovidos de qualquer interesse; eles devem ser entendidos apenas à luz da luta e do controle dos meios de produção. Nessa perspectiva, as instituições são instrumentos a serviço das classes dominante, que por meio delas reforça seu poder e oprime seus adversários.

2.3.1.3 Marx e as Relações Internacionais: o aspecto internacional da teoria

A posição de Marx em relação aos problemas internacionais pode ser resumida nas seguintes proposições. Em primeiro lugar, Marx recusa-se a considerar a sociedade internacional como a simples justaposição de um Estado soberano. Sendo o Estado para ele apenas uma estrutura segura, ele não pode constituir a célula das Relações Internacionais, que não podem se basear em antagonismos de classes em escala mundial.

No máximo, podemos admitir que a competição entre os Estados constitui uma das formas de rivalidade entre as burguesias nacionais que disputam o controle do mercado e dos mercados de matérias-primas. A luta entre os Estados é em parte fictícia porque são os atores econômicos, ou seja, os detentores do capital, que intervêm por trás da tela dos governos para ditar a paz ou a guerra de acordo com seu único interesse. Quem quiser fenômenos internacionais deve, portanto, analisar os cálculos dos detentores do poder econômico e não as iniciativas do governo.

Mas estes tendem, é a segunda proposição, não a consolidar, mas a destruir as barreiras que a divisão arbitrária do espaço em múltiplas entidades independentes opõe à livre expansão do capitalismo. A luta pela melhoria da ordem mundial no campo da competição entre os Estados representa, portanto, um anacronismo irrisório. É no cerne das relações de produção que é preciso situar-se para descobrir tanto a causa essencial dos conflitos quanto os remédios para a desordem.

Segundo Marx, é do próprio sistema capitalista que virão sucessivamente o mal e o remédio. O capitalismo, movido pela lei da busca do lucro, não pode continuar a se desenvolver. É quando tiver assegurado o seu domínio sobre todo o espaço habitado e mobilizado todos os recursos disponíveis para a sua exploração que inevitavelmente se deparará com contradições intransponíveis porque não pode ser exportado. Daí, a partir do momento em que o sistema capitalista se estende universalmente, os conflitos que ele forja entre os donos da força produtiva e os da força de trabalho, tornam-se necessariamente insolúveis. Haverá uma revolução que surgirá não da reforma ou da abolição desta ou daquela sociedade burguesa, mas da autodestruição do capitalismo.

2.4 O desenvolvimento industrial no Brasil, no período de 1950 a 1964

As concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento variam ao longo do tempo e do espaço e as explicações para as diferenças no desenvolvimento são igualmente diversas.

Com relação ao subdesenvolvimento, Furtado (1972, p. 184) destaca que:

[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.

Por outro lado, Freitas; Nélsis e Nunes (2012) consideraram o desenvolvimento de duas maneiras diferentes: primeiro como um termo que abrange ideias de progresso econômico, político e social e, segundo, como se referindo especificamente a intervenções intencionais destinadas a alcançar tal progresso.

Este último tornou-se muito mais comum no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a atenção internacional se voltou para a situação na África, Ásia, América Latina e Caribe, especialmente no contexto da descolonização e da Guerra Fria. Assim, o desenvolvimento é muitas vezes considerado como um conjunto de processos que se relacionam puramente com as partes do mundo coletivamente denominadas Terceiro Mundo ou Sul Global (VISENTINI, 2015).

Desenvolvimento tem recebido atenção de uma série de ciências sociais, incluindo estudos de desenvolvimento. As abordagens geográficas para o

desenvolvimento têm se concentrado em questões de espacialidades e escala, com atenção especial sendo dada aos fluxos de ideias, capital e pessoas, e o exercício do poder em várias escalas.

Três temas principais surgem do trabalho sobre desenvolvimento: primeiro, como e por que as definições de desenvolvimento variam no espaço e como isso reflete, reforça e desafia as relações de poder predominantes; segundo, uma consideração de como e por que o desenvolvimento varia no espaço; e terceiro, como as intervenções de desenvolvimento são vivenciadas e geradas em diferentes escalas espaciais (RIBEIRO, 2010).

O desenvolvimento é um processo fundamentado, realizado por diferentes atores que tentam atingir uma série de objetivos. Procura-se examinar as ações dos principais atores do desenvolvimento, principalmente governos, indivíduos e comunidades, empresas da iniciativa privada e organizações da sociedade civil. O papel desses diferentes atores variou ao longo do tempo, à medida que uma série de abordagens e teorias de desenvolvimento surgiu, e a ênfase foi colocada em setores específicos como as principais rotas para o desenvolvimento.

Neste tópico, apresento uma discussão amplamente cronológica de como se têm considerado o desenvolvimento industrial no Brasil, no período de 1950 a 1964. No entanto, questões-chave atravessam os diferentes períodos de tempo e, embora busca-se apresentar uma visão bastante simplificada para os propósitos deste trabalho, é importante lembrar que abordagens e teorias coexistem e se sobrepõem às vezes.

O significado da expressão “Revolução Industrial” geralmente se refere a esse complexo de inovações tecnológicas que, substituindo a habilidade humana por máquinas e a força humana e animal pelo poder inanimado, provoca uma mudança do artesanato para a manufatura e, assim fazendo, dá nascimento de uma economia moderna. Nesse sentido, a revolução industrial já transformou vários países, embora com algumas desigualdades; outras sociedades estão passando por mudanças; e outras ainda por vir.

As palavras às vezes têm outro significado. Elas são usadas para denotar qualquer mudança tecnológica rápida e significativa, e a historicidade tem falado de

uma "revolução industrial do século XIII", uma "revolução industrial inicial" ou a "segunda revolução industrial", uma "revolução industrial pós guerra".

Nesse sentido, eventualmente, observam-se tantas revoluções quantas forem as sequências historicamente demarcadas de inovação industrial, mais todas as sequências que ocorrerão no futuro. Mas há quem diga, por exemplo, que já existe a terceira revolução industrial, a da automação, do transporte aéreo e da energia atômica (MARTINS. BARBOSA, 2003).

Mas finalmente, a expressão “Revolução Industrial” ainda pode ter outro significado. Ela denota a primeira instância histórica do avanço de uma economia agrária e artesanal para uma economia dominada pela indústria e pela fabricação de máquinas. A Revolução Industrial começou na Inglaterra no século XVIII, espalhou-se de maneira desigual para os países da Europa Continental e algumas áreas além-mar, e transformou no espaço de apenas duas vidas, a vida do homem ocidental, a natureza de sua sociedade e sua relação com os outros povos do mundo (SCHWAB, 2019).

A industrialização em grande escala no Brasil começou no processo de superação da crise econômica com fim do império e início da República, com os danos sofridos na economia brasileira, que se concentrava principalmente na produção de café, tendo como causa o declínio drástico do seu preço no mercado mundial. O excesso de capacidade de produção de café e a Grande Depressão estadunidense, juntos, agravaram a situação econômica nacional brasileira, que consumiu quase uma década para o governo conseguir resolver.

De acordo com Silva (2017), para encontrar uma solução ao problema, no final da década de 1940, o economista Raul Prebisch, emitiu uma crítica incisiva das doutrinas liberais. Seus argumentos forneceram a base intelectual para as políticas de industrialização por substituição de importações que prevaleceram desde aquela época até a década de 1980. A industrialização por substituição de importações foi uma política comercial e econômica baseada na premissa de que um país deve tentar reduzir sua dependência externa por meio da produção local de produtos industrializados.

Existiam duas opções para responder a essa crise econômica global. A primeira seria fortalecer os vínculos com as nações já industrializadas e desenvolvidas para

garantir e proteger uma fatia estável do mercado. E a outra era embarcar na industrialização. O objetivo da segunda opção era alcançar maior independência econômica e criar empregos para as classes trabalhadoras. O Brasil concebeu esta opção que levou o país a se industrializar. Os brasileiros perceberam que o país não podia mais depender apenas das exportações de bens primários e que era preciso promover a diversificação econômica. E, assim, a industrialização em larga escala pôde ocorrer. E essa nova política econômica escolhida pelos brasileiros levou a nação a ter sucesso na industrialização (KALVAN, 2000).

De acordo com Lacerda et al. (2000, p. 389):

Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo receberiam a maior parte dos investimentos do governo. Subsídios e estímulos seriam concedidos para expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com alta intensidade de capital. Para a implementação efetiva do Plano, especialmente nos aspectos de responsabilidade do setor privado, foram criados grupos executivos, colegiados que congregavam representantes públicos e privados para a formulação conjunta de políticas aplicáveis às atividades industriais. Os grupos mais conhecidos e atuantes foram o grupo executivo da indústria automobilística (Geia), da construção naval (Geicon), de máquinas agrícolas e rodoviárias (Geimar), de indústria mecânica pesada (Geimap), de exportação de minério de ferro (Gemf), de armazenagem (Comissão Consultiva de Armazéns e Silos) e de material ferroviário (Geimf).

Houve um vigoroso desenvolvimento das indústrias pesadas (siderurgia, metalurgia, petroquímica, química etc.) que produziam produtos manufaturados, lideradas por grandes empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás entre outras. Progresso considerável também foi feito em setores mais avançados: nas indústrias aeronáutica e aeroespacial, telecomunicações, eletrônica e produção de máquinas e outros equipamentos de capital. Observou-se também em setores de indústrias pesadas que incluem usinas de ferro, fabricação de têxteis e roupas, processamento de alimentos, fabricação de móveis, curtumes e artigos de couro (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

O gás natural só pôde ser adquirido a partir de 1942 e a mineração no Brasil começou a ressurgir de início da década de 1950. Além disso, houve aumento da produção de petróleo bruto ao longo dos anos e a produção de todas as indústrias de mineração desenvolveram em curto espaço de tempo. Isso significa que o governo brasileiro deu muita atenção a essas indústrias pesadas, que praticamente levaram o

Brasil a se tornar um dos maiores países da indústria pesada do mundo (NASSIF et al., 2006).

Em 1954 Getúlio Vargas suicidou-se, deixando um enorme vácuo de poder. Quando as eleições presidenciais chegaram em 1955, Juscelino Kubitschek era o principal candidato. JK concorreu em uma plataforma de desenvolvimento semelhante às de suas campanhas anteriores o que garantiu a sua vitória nas eleições. Kubitschek assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 1956, após uma tentativa de golpe para impedir a sua posse. Uma intentada por parte dos conservadores da sociedade e orquestrada por alguns militares, liderados pelo General Juarez Távora, e pelo partido da oposição UDN (União Democrática Nacional), planejavam tomar o poder e instaurar um regime militar no país. Os golpistas relutavam em permitir que JK assumisse o cargo devido a seus laços estreitos com Vargas e suposto apoio “comunista”. Estes grupos se articularam em diferentes frentes, desde meios de comunicação até organismos militares. Alegavam que a eleição de Kubitschek era ilegítima e que o mesmo representaria uma ameaça aos valores da sociedade brasileira. Na concepção da UDN, uma vez JK na presidência conduziria o Brasil para um ideário de esquerda, o que seria algo inaceitável. Organizações estudantis, de classe trabalhadora, militares fiéis ao governo eleito e às ações do próprio Juscelino Kubitschek, organizaram uma grande mobilização em defesa de sua posse, que acabou acontecendo sem maiores problemas. Entretanto, a tensão política permaneceu e o episódio despertou preocupações sobre a instabilidade política que poderia ameaçar a continuidade do governo eleito. A gestão de JK na presidência seria fundamental na história brasileira.

Kubitschek foi presidente do Brasil de janeiro de 1956 a janeiro de 1961 – o último presidente antes da ditadura militar a cumprir todo o seu mandato. Juscelino sempre teve o cuidado de não desagradar nenhum partido importante. Soube administrar com maestria o volátil sistema político brasileiro. Os quatro anos em que JK esteve no cargo de Presidente foram marcados pelo otimismo e pela sensação de que o Brasil estava finalmente no caminho certo para atingir seu verdadeiro potencial.

A agenda de Kubitschek era baseada no desenvolvimento, sintetizada por seu lema “Cinquenta anos em cinco”, implicando que seu governo alcançaria cinquenta anos de progresso em cinco de governo. Ele esperava cumprir essa promessa

ambiciosa com duas iniciativas fundamentais, o Plano de Metas e a transferência da capital do país para o interior com a construção de Brasília.

O Plano de Metas concentrou-se no desenvolvimento de cinco áreas-chave – energia, alimentação, indústria, educação e transporte – com o objetivo de modernizar e diversificar a economia brasileira. Isso seria alcançado em parte com a abertura do Brasil ao capital estrangeiro, principalmente a indústria automotiva. Kubitschek fez questão de implementar uma nova política de benefícios tributários para atrair investidores estrangeiros e recebeu empresas como Volkswagen e Simca no mercado brasileiro. Todo esse capital entrante viu um aumento na qualidade de vida de alguns brasileiros, à medida que eletrodomésticos como televisores e refrigeradores tornaram prontamente disponíveis.

O plano do presidente Juscelino Kubitschek para a industrialização e o crescimento econômico na década de 1950 estava centrado na produção e, presumivelmente, na demanda por bens de consumo duráveis – carros, geladeiras, condicionadores de ar e outros produtos domésticos relativamente caros. A demanda por esses itens, que antes estava presente apenas em uma pequena parcela da população, diminuiu na década de 1960 e, na estimativa do regime militar, a maneira mais rápida de estimular a economia era criar demanda por bens de consumo duráveis.

Isso significava que o controle do consumo pelo governo nos primeiros anos do golpe se concentrava em aumentar o poder de compra daqueles que provavelmente consumiriam esses bens duráveis, ou aproximadamente os 10% mais ricos da população. Isso não era surpreendente, pois qualquer outra estratégia – qualquer ação que aumentasse o acesso ao capital entre as classes mais baixas – poderia promover acusações da oposição de comunismo e minar a imagem cuidadosamente elaborada do governo militar como um protetor do livre mercado.

Não foi apenas nos incentivos ao crescimento que as classes mais baixas sofreram. Na estrita política anti-inflacionária, implementada para atender aos padrões do FMI, o governo Castelo Branco limitou seriamente o investimento industrial e permitiu que os salários reais caíssem, principalmente entre os trabalhadores.

Embora o regime tenha sido elogiado pelo legado econômico favorável deixado por seu envolvimento – reduzindo a inflação e melhorando o balanço de pagamentos

com parceiros comerciais – uma vasta faixa da população não sentiu os benefícios dessas “reformas” e, de fato, sofreu com o crescimento desigual.

Após o golpe de 1964, o governo militar intensificou o crescimento na desigualdade social, com 20% de sua população ou cerca de 22 milhões de pessoas desfrutando de uma renda relativamente alta, enquanto o restante, 85 milhões de pessoas, vivia no nível de subsistência ou abaixo dele.

O transporte, essencial para um país se industrializar, teve toda a atenção do governo na política desenvolvimentista. Sem um sistema de transporte bem construído em todo o território, é impossível transportar produtos manufaturados e matérias-primas é um setor fundamental para que haja integração nacional. Ao longo de grande parte da história brasileira nações de diferentes regiões permaneceram isoladas umas das outras, mas isso mudou consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial, primeiro com o crescimento do transporte aéreo e, duas décadas depois, com a extensão de uma rede rodoviária moderna, fato de pioneirismo do Brasil.

Os setores industriais mencionados anteriormente foram capazes de crescer em uma extensão muito maior em comparação com outras indústrias que não conseguiram obter apoio governamental. No entanto, existem outras áreas da indústria que também tiveram sucesso, apesar de não terem apoio suficiente. Os seguimentos de Telecomunicações, eletrônica e a produção de bens de capital e equipamentos também tiveram melhoras durante o período de industrialização do Brasil.

Em suma, o Brasil tornou-se um país industrializado, sustentando toda variedade considerável de atividade industrial. À medida que a industrialização progredia, o setor manufatureiro doméstico apresentou um crescimento consideravelmente durante as décadas de 1950 e 1960. A estratégia de industrialização por substituição de importações funcionou de fato.

As manufaturas nacionais substituíram os bens de consumo não duráveis importados (vestuário, calçados etc.) e, com a construção da gigantesca siderúrgica de Volta Redonda, foram dados os primeiros passos para a substituição dos produtos semiacabados. Grande parte da base industrial existente, no entanto, foi criada nos 30 anos entre 1950 e 1980, durante os quais houve um surto de crescimento

surpreendente, produzindo um aumento médio anual de 7% no PIB (correspondente a 4,3% por habitante), segundo Suzigan e Furtado (2010).

Nesse período, o Brasil conseguiu substituir também os bens de consumo duráveis importados, começando pelos automóveis; no final da década de 1950, quase todos os grandes fabricantes mundiais decidiram iniciar a produção de automóveis inteiramente no Brasil, instalando suas fábricas na aglomeração urbana ao redor de São Paulo. O grande desenvolvimento da economia brasileira ao longo do período em que a industrialização estava sendo desenvolvida; manufatura e mineração apresentaram crescimentos mais expressivos.

Por meio da industrialização, muitas companhias brasileiras experimentaram desenvolvimento tecnológico graças às novidades importadas dos países centrais. A indústria automobilística pode ser um exemplo deste fenômeno. Em 1949, a Volkswagen realizou uma pesquisa no mercado latino-americano, que indicou que o Brasil era o melhor local para a instalação de sua primeira fábrica fora da Alemanha. Em 1953, a empresa começou a montar os primeiros Fuscas, com peças importadas da Alemanha, o que sinalizava o início da Volkswagen do Brasil (SILVA, 2011).

De 1953 a 1957, a Volkswagen do Brasil produziu 2.820 veículos. Em 1956, a companhia decidiu construir uma fábrica em São Paulo e no ano seguinte a empresa produziu a primeira Kombi brasileira, com 50% de suas peças fabricadas no país. Em 1959, a empresa começou a produzir o Fusca, que rapidamente se tornou um sucesso de mercado. Para garantir o abastecimento nas linhas de produção a empresa começou a desenvolver fornecedores locais e em 1961 tanto o Fusca quanto a Kombi usavam 95% de peças nacionais (SILVA, 2011).

Aos moldes capitalistas a indústria automobilística no Brasil foi um segmento de muito sucesso na política desenvolvimentista da época. Como resultado, em 1960, o Brasil fabricava todos os seus próprios carros, caminhões, ônibus, jipes e tratores, embora alguns componentes para esses veículos ainda precisassem ser importados. As tecnologias importadas de países avançados permitiram ao Brasil aprendê-las e desenvolver sua própria economia industrial.

A industrialização brasileira, de certa forma, contribuiu com a melhoria na qualidade de vida e no bem estar de algumas classes sociais. Quando a economia brasileira era constituída apenas pela indústria do café, havia poucas oportunidades

de trabalho e ocupações fora da atividade cafeeira. Assim, à medida que a industrialização desenvolveu foram criados um grande número de oportunidades trabalho reduzindo os índices de desemprego. Também houve um aumento acentuado dos salários na indústria.

De acordo com Colistete (2009), os salários aumentaram consideravelmente à medida que o processo de industrialização atingia seus objetivos. A partir desse grande aumento dos salários na indústria, pode-se presumir que houve uma melhora no bem-estar público fruto da industrialização. Com base nesses efeitos positivos da economia brasileira, o país conseguiu se tornar a principal nação industrial da América Latina, e definitivamente experimentou o sucesso de sua industrialização.

No entanto, mesmo com a industrialização, o Brasil teve seus fracassos e limitações. Primeiro, em resposta à queda geral dos preços de importação, as repúblicas latino-americanas, incluindo o Brasil, tiveram que aumentar as taxas tarifárias médias implícitas e aumentar a variação dessas taxas. Ao aumentar as tarifas, a economia brasileira conseguiu proteger sua indústria nacional. No entanto, a imposição exorbitante de tarifas sobre os bens importados teve seus efeitos colaterais; esses tipos de impostos tendiam a fomentar monopólios regionais, que por sua vez minavam as chances de plena utilização da capacidade e exploração de economias de escala (GRANDI; SAES, 2020).

Quando o Brasil estava em processo de industrialização, havia algo que o governo brasileiro havia negligenciado; não contava com disparidades regionais, problema social que poderia ter sido prevenido com previsão antecipada. A partir de 1930, a produção industrial substituiu o café no espectro produtivo brasileiro tornando-se o motor do crescimento em São Paulo e em todo o país. Em 1937, sob a presidência de Getúlio Vargas, nasceu o Estado Novo, o governo social economicamente intervencionista que, no Brasil, era essencialmente um Estado que acumulava poder centralizado em detrimento da autonomia local e regional (PANDOLFI et al., 1999).

O desequilíbrio regional fundamental entre o Nordeste e todas as outras regiões é claramente refletido por seu índice de renda e por quase qualquer outro indicador de bem-estar econômico. O Brasil também ocupa o primeiro lugar no mundo em termos de distribuição desigual de sua riqueza. Essas desigualdades sociais e regionais refletem a forte concentração da propriedade e dos meios de produção.

Como a industrialização e a preservação da natureza estão em uma relação de troca, uma deve ser favorecida em detrimento da outra. Nesse ponto, o Brasil considerava a industrialização como prioridade sobre a preservação da natureza. Portanto, era óbvio que a industrialização no Brasil levaria o país a danificar suas reservas naturais. No entanto, essa situação tem se agravado já que o entorno natural do Brasil (na verdade o maior do mundo) é realmente essencial não só para os brasileiros, mas também para a população mundial, na medida em que a destruição da maior floresta do país pode levar a crises graves, como o aquecimento global.

Setores industriais como ferro e aço, entre outros, assinaram protocolos para reduzir o consumo de florestas naturais. No entanto, as tentativas de reduzir o consumo de biomassa não foram bem sucedidas. Atualmente, dezenas de indústrias siderúrgicas estão localizadas no estado de Minas Gerais e sua demanda de energia é suprida principalmente pelas florestas naturais remanescentes. Atualmente, apenas 25% de sua energia é fornecida por árvores cultivadas. Além disso, cabe destacar que, à medida que a aplicação da lei se tornou mais efetiva em Minas Gerais, outras florestas nativas dos estados da Bahia e Goiás começaram a ser desmatadas para atender a demanda de carvão vegetal (MAZZOCHIN, 2016).

Além disso, o que impedia que a industrialização no Brasil alcançasse melhores resultados era o fato de haver algumas disparidades no desenvolvimento entre os setores industriais. Como o governo brasileiro se concentrava apenas no aumento da produção das indústrias pesadas, faltavam peças que praticamente não recebiam apoio governamental suficiente para desenvolverem adequadamente. A indústria siderúrgica, por exemplo, ganhou muito apoio governamental e incentivo, enquanto outras indústrias não. Por isso, alguns especialistas avaliam que tantas falhas estão na industrialização no Brasil; apenas algumas indústrias selecionadas puderam ser desenvolvidas adequadamente com apoio governamental suficiente (MONTEIRO, 2005).

Por possuir as condições perfeitas em termos de riquezas naturais e de uma grande população economicamente ativa acreditava-se que o Brasil se tornaria o país líder, não apenas na América Latina e sim no mundo. Por isso, a industrialização do Brasil poderia ter sido, definitivamente, o primeiro passo para o Brasil caminhar em direção ao seu objetivo final de liderança econômica mundial.

A industrialização no Brasil certamente precipitou várias indústrias em sua economia de várias maneiras. Desenvolvendo indústrias pesadas, como siderurgia, metalurgia, petroquímica, química, etc., que produziam produtos manufaturados, e também desenvolvendo indústrias como transportes. No entanto, para atingir esse objetivo ideal, o governo brasileiro deve superar as falhas, efeitos colaterais e limitações.

O legado da presidência de Kubitschek ainda é uma grande fonte de discussão. Kubitschek trouxe 80% de crescimento industrial, de certa forma modernizando a nação, e Brasília era vista como a personificação da modernidade do Brasil. No entanto, os gastos maciços que tornaram tudo isso possível também criaram problemas para a nossa economia, como um aumento de US\$ 1,5 bilhão na dívida nacional e um aumento de 43% na inflação. A oposição chamou de cinquenta anos de inflação em cinco. A dependência de Kubitschek de gastos públicos e grandes obras públicas também tornou os cofres do governo vulneráveis à corrupção, e o próprio Kubitschek foi acusado de aumentar sua fortuna enquanto esteve no cargo.

No entanto, Kubitschek deixou a presidência triunfante em 1961, tendo cumprido muitas de suas promessas ambiciosas de campanha. Ele foi sucedido por Jânio Quadros, que prometeu limpar a corrupção desenfreada dentro do governo brasileiro. Kubitschek foi eleito senador pelo estado de Goiás em 1962, mas seu mandato foi abreviado quando a ditadura, sob o presidente Castello Branco, retirou seus direitos políticos em 1964. O ex-presidente então partiu para o exílio autoimposto na Europa e nos Estados Unidos até seu retorno ao Brasil em 1967, quando tentou, sem sucesso, formar a Frente Ampla com o ex-presidente João Goulart e o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda. Kubitschek manteve ambições políticas, mas nunca conseguiu realizá-las devido à oposição do regime militar. Faleceu em um suspeito acidente de carro em agosto de 1976 no estado do Rio de Janeiro.

2.5 O avanço econômico brasileiro sob a ótica da teoria da dependência de Marx

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a economia do Brasil, inicialmente, apresentou resultados de crescimento. No período de 1948 a 1955, o produto interno bruto (PIB) brasileiro cresceu em média 7,4%. A taxa média de investimento aumentou, o que impulsionou o processo de industrialização e mais

investimentos puderam ser feitos na área de infraestrutura pública (SILVA; DUARTE, 2010).

No entanto, apesar do desenvolvimento geralmente positivo, também houve circunstâncias que desaceleraram um pouco o crescimento econômico brasileiro. As taxas médias anuais de importações e exportações cresceram na faixa de dois dígitos no período 1946-1950, mas perderam terreno entre 1951 a 1955 cresceram apenas na faixa de um dígito (SILVA; DUARTE, 2010).

As razões apontadas na literatura especializada são a queda nas receitas do comércio de café e o desenvolvimento generalizado de processos que tornaram supérfluas as importações em certas áreas (substituição). No entanto, no período 1956-1963, a economia brasileira (medida em termos de PIB) cresceu em média 6,7%. Em meados da década de 1960, o crescimento econômico do Brasil havia chegado ao fim. Por 15 anos, o PIB brasileiro foi um dos que mais cresceram no mundo (BAER, 2003).

No entanto, quando os militares assumiram o poder político pelo golpe de 1964, a economia brasileira estava em frangalhos. Na literatura especializada, o aumento da inflação combinado com as maiores demandas salariais a partir da segunda metade da década de 1950 são apontadas como as razões para isso.

A situação econômica no Brasil deteriorou-se notavelmente. O país tinha US\$ 3 bilhões em dívida externa na época e a inflação anual era de 100%. Os países estrangeiros recusaram-se a conceder novos empréstimos. Os militares usaram esta fase da crise econômica para tomar o poder político. Seu principal objetivo era acelerar o desenvolvimento econômico e conter a inflação para trazer os preços ao equilíbrio o mais rápido possível. Para compensar os elevados déficits, muitos preços de bens de uso diário, como o preço da eletricidade ou do pão, sofreram aumentos e uma reforma tributária foi realizada.

Se aceitarmos a análise da teoria da dependência, então as questões de como as economias pobres se desenvolvem tornam-se bastante diferentes das questões tradicionais sobre vantagem comparativa, acumulação de capital e estratégias de importação/exportação.

De acordo com Santos (2020, p.143), algumas das novas questões mais importantes incluem:

O sucesso das economias industriais avançadas não serve de modelo para as economias em desenvolvimento atualmente. Quando o desenvolvimento econômico se tornou uma área de estudo focada, a estratégia analítica (e preferência ideológica) era bastante clara: todas as nações precisam emular os padrões usados pelos países ricos.

De fato, nas décadas de 1950 e 1960 havia um consenso paradigmático de que as estratégias de crescimento eram universalmente aplicáveis. A teoria da dependência sugere que o sucesso dos países mais ricos foi um episódio altamente contingente e específico na história econômica global, dominado pelas relações coloniais altamente exploradoras das potências europeias. Uma repetição dessas relações não é agora muito provável para os países pobres do mundo.

Para Coburn (2019), a teoria da dependência repudia o mecanismo distributivo central do modelo neoclássico, o que se costuma chamar de economia "*trickle-down*" ou teoria do gotejamento. O modelo neoclássico de crescimento econômico dá relativamente pouca atenção à questão da distribuição da riqueza. Sua principal preocupação é a produção eficiente e pressupõe que o mercado alocará as recompensas da produção eficiente de maneira racional e imparcial.

Essa suposição pode ser válida para uma economia bem integrada e economicamente fluida, onde as pessoas podem se ajustar rapidamente às mudanças econômicas e onde os padrões de consumo não são distorcidos por forças não econômicas, como preconceito racial, étnico ou de gênero. Essas condições não são generalizadas nas economias em desenvolvimento, e os teóricos da dependência argumentam que a atividade econômica não é facilmente disseminada em economias pobres. Por essas razões estruturais, os teóricos da dependência argumentam que o mercado por si só não é um mecanismo distributivo suficiente.

Como o mercado só recompensa a produtividade, os teóricos da dependência descontam medidas agregadas de crescimento econômico, como o PIB ou os índices comerciais. Eles não negam que a atividade econômica ocorra dentro de um estado dependente. No entanto, fazem uma distinção muito importante entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

Por exemplo, há uma preocupação maior dentro do quadro de dependência para saber se a atividade econômica está realmente beneficiando a nação como um todo. Portanto, uma atenção muito maior é dada a índices como expectativa de vida,

alfabetização, mortalidade infantil, educação e afins. Os teóricos da dependência enfatizam claramente os indicadores sociais muito mais do que os indicadores econômicos.

Os estados dependentes, portanto, devem tentar buscar políticas de autossuficiência. Ao contrário dos modelos neoclássicos endossados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, uma maior integração na economia global não é necessariamente uma boa opção para os países pobres. Muitas vezes, essa perspectiva política é vista como um endosso de uma política de autarquia, e houve alguns experimentos com tal política, como o Grande Salto Adiante da China.

As falhas dessas políticas são claras, e as falhas sugerem que a autarquia não é uma boa escolha. Em vez disso, uma política de autoconfiança deve ser interpretada como endossando uma política de interações controladas com a economia mundial: os países devem apenas endossar interações em termos que prometam melhorar o bem-estar social e econômico dos cidadãos em geral.

O Brasil tornou-se um dos maiores países industrializados, sustentando toda variedade concebível de atividade industrial. À medida que a industrialização ocorreu no Brasil, o setor manufatureiro doméstico cresceu consideravelmente durante as décadas de 1930 e 1940.

No período de 1950 a 1964, o Brasil conseguiu substituir também os bens de consumo duráveis importados, começando pelos automóveis; no final da década de 1950, quase todos os grandes fabricantes mundiais decidiram iniciar a produção de automóveis inteiramente no Brasil, na aglomeração urbana ao redor de São Paulo. Desde 1967, a indústria brasileira tem contribuído mais para o produto interno bruto do que a agricultura. Os índices de produção industrial no Brasil a partir do ano de 1935 indicam o grande desenvolvimento da economia brasileira ao longo do período em que a industrialização estava sendo guardada; manufatura e mineração aumentaram dramaticamente (MORCEIRO, 2018).

Por meio da industrialização, muitas companhias no Brasil experimentaram desenvolvimento tecnológico graças às importadas dos países centrais. A indústria automobilística pode ser um exemplo perfeito deste fenômeno.

Em 1959, a Volkswagen do Brasil começou a desenvolver fornecedores locais e em 1961 tanto o modelo Fusca quanto a Kombi usavam 95% de peças nacionais (PEREIRA, online).

Durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 1950, iniciou-se uma parceria econômica entre a República Federativa da Alemanha e o Brasil, que foi e é decisiva para o desenvolvimento brasileiro. No que era então a Alemanha Ocidental, a reconstrução dos escombros da Segunda Guerra Mundial estava em pleno andamento.

Após uma década de reorganização interna, foi estabelecido o "modelo renano"² da economia social de mercado, que promoveu o milagre econômico alemão durante o mandato de Ludwig Erhard. A Alemanha investiu suas energias e habilidades na integração europeia e em sua capacidade de produzir e exportar produtos de valor agregado. A Alemanha buscava países para estabelecer ramos de sua indústria e o Brasil era um deles.

A chegada da siderúrgica Mannesmann em 1954, seguida imediatamente pela fábrica Sofunge, que mais tarde passaria a fazer parte da Mercedes Benz (1955), e a fábrica da Volkswagen na Via Anchieta (1959) são exemplos do início de um processo sem fim de investimento e confiança no Brasil. A participação da Alemanha no desenvolvimento econômico do Brasil se intensificou no início da década de 1960.

Em maio de 1964, menos de um mês após a derrubada do regime político no Brasil, o presidente da Alemanha visitou o Brasil. Embora a visita de um presidente federal não tenha a mesma importância que a de um chanceler, foi a primeira visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro ao Brasil no novo governo. Na ocasião, foi prometido financiamento para diversos projetos de infraestrutura ainda unificados

² O modelo renano refere-se a uma abordagem de organização industrial e corporativa que se desenvolveu na Europa ocidental, principalmente na Alemanha, Suíça, Áustria e Países Baixos, após a Segunda Guerra Mundial. É baseado em relações de cooperação de longo prazo entre empresas, trabalhadores e governos, que levam a uma gama de práticas empresariais distintas. Essas práticas incluem o investimento de longo prazo em habilidades e treinamento da força de trabalho, ênfase na qualidade e inovação, e uma visão de longo prazo dos lucros corporativos. O modelo renano geralmente é contrastado com o modelo anglo-saxão, que enfatiza muito mais a maximização de lucros a curto prazo e a concorrência intensa.

R. Whitley, "The Changing European Firm: Limits to Convergence". Oxford University Press, 2000.

durante o governo de João Goulart haviam sido informados e assegurados de que o crescente fluxo de investimentos para o país não seria interrompido.

Naquela época, o Brasil era o maior parceiro latino-americano de exportação da Alemanha, e o presidente federal alemão confirmou o interesse de seu país em apoiar os desenvolvimentos no Brasil. O interesse e o compromisso da Alemanha atingiram o pico na década de 1970, quando empresas alemãs da indústria pesada, da indústria química, bem como da engenharia mecânica, fábricas e indústrias automotivas investiram e se estabeleceram em grande número no Brasil.

Como nos mostram as informações do caso Volkswagen, a indústria automobilística no Brasil certamente também foi uma indústria de muito sucesso. Como resultado, em 1960, o Brasil fabricava todos os seus próprios carros, caminhões, ônibus, jipes e tratores, embora alguns componentes para esses veículos ainda precisassem ser importados. As tecnologias importadas de países avançados permitiram ao Brasil aprendê-las e desenvolver sua própria economia industrial.

A industrialização também melhorou o bem-estar público. Quando a economia brasileira era constituída apenas pela indústria do café, não havia várias ocupações. No entanto, à medida que a industrialização começou, inúmeros postos de trabalho foram criados, o que teve um efeito na diminuição do desemprego. Também houve um aumento acentuado dos salários monetários na indústria, à medida que o processo de industrialização atingia seu objetivo. A partir desse grande aumento dos salários monetários na indústria, podemos facilmente presumir que o bem-estar público também foi melhorado graças à industrialização (KERSTENETZKY, 2012).

Com base nesses efeitos positivos da nossa economia, o Brasil conseguiu se tornar a principal nação industrial da América Latina e definitivamente apreciou o sucesso de sua industrialização.

No entanto, mesmo essa industrialização bem sucedida houve fracassos e limitações. Primeiro, em resposta à queda geral dos preços de importação, as repúblicas latino-americanas, incluindo o Brasil, tiveram que aumentar as taxas tarifárias médias implícitas e aumentar a variação das taxas tarifárias.

Em 1931, a proporção de impostos cobrados sobre o valor das importações na América Latina era pelo menos tão grande quanto a encontrada na Austrália (16,5%), Canadá (17,1%) ou Estados Unidos (17,7%) e no Brasil (39,7%) foi consideravelmente

maior. Ao aumentar as tarifas, a economia brasileira conseguiu proteger sua indústria nacional. No entanto, a imposição exorbitante de tarifas sobre os bens importados teve seus efeitos colaterais; esses tipos de impostos tendiam a fomentar monopólios regionais, que por sua vez minavam as chances de plena utilização da capacidade e exploração de economias de escala (SZMRECSÁNYI; LAPA, 1996).

A industrialização no Brasil certamente precipitou várias indústrias em sua economia de várias maneiras. Desenvolvendo indústrias pesadas, como siderurgia, metalurgia, petroquímica, química, etc., que produzem produtos manufaturados, e também desenvolvendo indústrias como transportes, o país pôde saborear o sucesso obtido com a industrialização. O Brasil pode ser considerado o líder da economia mundial no futuro próximo, esta industrialização que ocorreu tem significados profundos para todos, já que o Brasil poderá liderar a economia mundial.

No entanto, para atingir esse objetivo ideal, o governo brasileiro deve superar as falhas, efeitos colaterais e limitações. Tarifas altas parecem não ser problemáticas hoje em dia, mas pontos como natureza prejudicada e disparidades de desenvolvimento entre indústrias e regiões devem ser sanadas. Sem resolver essas falhas, o Brasil não conseguirá atingir suas metas econômicas.

O desenvolvimento bem sucedido e a elevação do país à liderança da economia latino-americana, justificam definitivamente o Brasil como líder regional, apesar de alguns inconvenientes que podem ser considerados menores em comparação com as consequências positivas.

A partir de 1953, empresas alemãs como Krupp, Mercedes Benz, Volkswagen e Oetker investiram pesado no Brasil e aqui abriram filiais. Naquela época, o Brasil não era o único país latino-americano pelo qual os negócios alemães demonstravam grande interesse. No geral, mais investimentos diretos alemães fluíram para a América Latina do que para os países europeus na década de 1950.

O Brasil foi o país alvo preferencial com cerca de um quarto dos investimentos na região. Por outro lado, esses investimentos, ligados ao ressurgimento da Alemanha como potência comercial, significaram a oportunidade de avançar em sua própria industrialização, apesar da escassez de divisas e, assim, implementar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país. Além disso, os investimentos alemães

também levaram a concorrência norte-americana a investir mais aqui do que de outra forma, por preocupação com o mercado brasileiro.

A tomada do poder pelos militares a partir de 1964 pouco afetou as relações bilaterais; pelo contrário, algumas das bases dos tratados que ainda hoje são válidos, como o acordo cultural (1969), foram concluídos durante a ditadura. Isso vale também para o "Acordo sobre o Uso Pacífico da Energia Nuclear" de 1975. Ao contrário dos EUA ou da França, a República Federal da Alemanha estava então disposta a aceitar um acordo que previa a implementação de todo o ciclo nuclear no Brasil.

Os EUA rejeitaram tal transferência de tecnologia por razões de segurança. A República Federal da Alemanha, que vinha cooperando com o Brasil no campo da energia nuclear desde a década de 1950, esperava que o tratado estimulasse a exportação de tecnologia nuclear e, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, aceitou que participaria de um conflito por causa de sua política latino-americana de entrar nos Estados Unidos.

O Brasil, por outro lado, estava preocupado principalmente em promover sua própria autonomia nuclear e, assim, emancipar-se do paternalismo tecnológico dos EUA e da maestria do ciclo nuclear também foi considerado um pré-requisito indispensável para o status de grande potência que os militares aspiravam.

Nesse contexto, a formação de especialistas nucleares brasileiros em instituições de pesquisa alemãs desempenhou um papel importante. Ainda que a cooperação contratualmente acordada na área nuclear tenha ficado muito aquém dos planos iniciais por diversos motivos, ambas as partes ainda hoje tiram um saldo positivo do projeto, até porque deu muito impulso à cooperação econômica e tecnológica em outras áreas.

O sistema (do mundo) induz uma nova geopolítica da humanidade. Com efeito, o conceito de modo de produção capitalista introduz a ideia de uma tendência histórica que permite pensar, a partir das contradições e das lutas do tempo presente, numa comunidade universal por vir. Apreende a humanidade em sua unidade possível.

Quanto a ele, o conceito de sistema-mundo define concretamente, geograficamente, um confronto humano global entre comunidades baseadas em territórios: a partir de sua apropriação econômica e cultural por grupos humanos definidos de acordo com a arbitrariedade da história.

O tempo estrutural linear, o dos modos de produção ou das “etapas” do capitalismo, é substituído pelo tempo sistêmico, o dos “ciclos”. O conceito de “modo de produção” sugere um curso geral “progressista” da história: antes do “capitalismo” havia outros modos de produção, e depois dele haverá, se usarmos, um “socialismo” ou “comunismo” na ordem social.

A teoria dos sistemas-mundo é uma teoria dos ciclos: depois dos ciclos holandês, inglês, americano, que se seguem a vários outros, virá outro ciclo. Outro sistema de hegemonia. Vamos torná-lo o melhor possível.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das sociedades é governada por relações de classes e antagonismos que decorrem automaticamente delas. É ao nível destes confrontos pelo controle que se situa a realidade social. As instituições, inclusive o Estado, e as disputas políticas que ocorrem entre elas são apenas os elementos de uma "superestrutura" que não existe e que se contenta em reproduzir, mascarando os conflitos de classe.

A superestrutura designa o conjunto de ideias de uma sociedade, ou seja, suas produções imateriais: instituições, leis, religião, pensamento, filosofia, moral. Isso não significa, porém, que os fenômenos políticos e institucionais sejam desprovidos de qualquer interesse; eles devem ser entendidos apenas à luz da luta e do controle dos meios de produção. Nessa perspectiva, as instituições são instrumentos a serviço das classes dominantes, que por meio delas reforçam seu poder e oprimem seus adversários.

A posição de Marx em relação aos problemas internacionais pode ser resumida em primeiro lugar, quando ele se recusa a considerar a sociedade internacional como a simples justaposição de um Estado soberano. Sendo o Estado para ele apenas uma estrutura segura, ele não pode constituir a célula das Relações Internacionais, que não podem se basear em antagonismos de classe em escala mundial. No máximo, podemos admitir que a competição entre os Estados constitui uma das formas de rivalidade entre as burguesias nacionais que disputam o controle do mercado e na produção de matérias-primas. A luta entre os Estados é em parte fictícia porque são os atores econômicos, ou seja, os detentores do capital, que intervêm por trás da tela dos governos para ditar a paz ou a guerra de acordo com seu único interesse, a mais

valia. Quem quiser fenômenos internacionais deve, portanto, analisar os cálculos dos detentores do poder econômico e não as iniciativas do governo.

Mas estes tendem a não consolidar, mas a destruir as barreiras que a divisão arbitrária do espaço em múltiplas entidades independentes opõe à livre expansão do capitalismo. A luta pela melhoria da ordem mundial no campo da competição entre os Estados representa, portanto, um anacronismo irrisório. É no cerne das relações de produção que é preciso situar-se para descobrir tanto a causa essencial dos conflitos quanto os remédios para a desordem.

Segundo Marx, é do próprio sistema capitalista que virão sucessivamente o mal e o remédio. O capitalismo movido pela lei da busca do lucro, não poderá continuar a se desenvolver. É quando tiver assegurado o seu domínio sobre todo o espaço habitado e mobilizado todos os recursos disponíveis para a sua exploração que inevitavelmente se deparará com contradições intransponíveis porque não pode ser exportado. A partir do momento em que o sistema capitalista se estende universalmente, os conflitos que ele engendra entre os detentores do poder de produção e os do poder de trabalho tornam-se necessariamente insolúveis. Haverá uma revolução que surgirá não da reforma ou da abolição desta ou daquela sociedade burguesa, mas da autodestruição.

As teorias da dependência têm em comum alguns aspectos tais como: o nível de produção e riqueza de determinados países está condicionado ao crescimento e desenvolvimento de outros países aos quais estão sujeitos ou subordinados; o país central ou desenvolvido tem uma economia robusta e próspera, por isso são autossuficientes; os países periféricos ou subdesenvolvidos têm uma economia fraca e pouco competitiva, por isso dependem do centro industrial e tecnológico que é o país desenvolvido. Eles se opõem à teoria clássica de que o comércio internacional beneficia ambas as partes. Para eles, nas relações comerciais, um país ganha e o outro perde, por isso as desigualdades nas relações comerciais internacionais estão aumentando cada vez mais.

Em conclusão, pode-se dizer que a teoria da dependência levada ao extremo resultou na aplicação de modelos de substituição de importações e à implementação de uma série de políticas protecionistas, especialmente nos países da América Latina. Isso funcionou temporariamente até a década de 1970, mas na década de 1980 houve uma forte contração da demanda internacional por matérias-primas e uma elevada

dívida externa, o que resultou em uma séria reestruturação das estratégias de desenvolvimento. Se mostrou relevante para compreender a industrialização do Brasil no período estudado. A dependência econômica e tecnológica do país em relação ao mercado internacional permitiu um rápido crescimento industrial, mas também manteve uma estrutura de desigualdade social e vulnerabilidade econômica. A teoria da dependência serve como uma ferramenta analítica para entender as limitações e contradições desse modelo de industrialização e suas consequências para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cassiane Cominoti. O Banco Mundial, a multisetorialidade e o falso combate à pobreza. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2016.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Por que as nações fracassam*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2022.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: NBL Editora, 2003.
- BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. O conceito de Estado em Immanuel Wallerstein e Hans Morgenthau: alguns apontamentos teóricos. *Conjuntura Global*, v. 2, n. 1, 2013.
- BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro. *Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles?*. 2005.
- BATISTA, Alexandre Ricardo de Aragão. *DESIGUALDADE E POBREZA: Uma revisão de textos selecionados de Hausman e McPerson, Amartya Sen e Amartya Sen e Anand*. 2016.
- BIDET, Jacques. A multidão perdida no império. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 33-60, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Crescimento econômico com poupança externa?. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, p. 163-188, 2020.
- COBURN, Elaine. Trickle-down gender at the International Monetary Fund: the contradictions of “femina economica” in global capitalist governance. *International Feminist Journal of Politics*, v. 21, n. 5, p. 768-788, 2019.
- CAPELETTO, Anita Ouriques. *Atuação nacional e internacional da República Popular da China em busca de segurança alimentar*. 2009.
- CARVALHO, Nathália Leal et al. Desenvolvimento sustentável x desenvolvimento econômico. *Revista Monografias Ambientais*, v. 14, n. 3, p. 109-117, 2015.
- COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 29, p. 386-405, 2009.
- DA SILVA, Elenice Rachid. *Análise do crescimento da motorização no Brasil e seus impactos na mobilidade urbana*. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE MORAIS, Isabela Nogueira. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea. 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. São Paulo: Insular Livros, 2020.

FRANK, A. Gunder (1967). O desenvolvimento do subdesenvolvimento. In: W Sachs (Org.), A nova divisão internacional do trabalho (pp. 189-225). Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. Revista *Katálysis*, v. 15, p. 41-51, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. Entrevista com Gaudêncio Frigotto. *Ciência & Luta de Classes*, v. 1, n. 1, 2014.

FURTADO, Celso. Análise do " modelo" brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GRANDI, Guilherme; SAES, Alexandre Machione. Tarifas alfandegárias e indústria no Brasil durante a Primeira República. *História Econômica do Brasil: Primeira República e Era Vargas*. São Paulo: Hucitec,[sd], 2020.

HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961). Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

HARVEY, David. Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

HOBBSAWM, Eric. Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

KOPPER, Christopher. A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985: uma abordagem histórica. Bielefeld: Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landerberger, 2017.

KRAEMER, Júlia de Melo. Impactos do acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul no meio ambiente brasileiro: uma análise do efeito escala, efeito técnica e efeito composição com equilíbrio geral computável. 2013.

LACERDA, Antonio Correia et al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINS, Rodrigo Galvão Pinho. Desigualdade nas nações avançadas e periféricas: uma visão do liberalismo nos Estados Unidos e na Índia. *Conjuntura Global*, v. 3, n. 3, 2014.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. O Estado de Bem-estar Social na Era da Razão. São Paulo: Elsevier, 2012.

MACHADO, Luiz Alberto. Economia criativa: definições, impactos e desafios. volume 11/número 21/julho 2012 ISSN 1677-4973, p. 84, 2012.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. De Marx a Illich: economia, ecologia e tecnologia na obra de André Gorz da década de 1970. *Análise Social*, p. 240-273, 2016.

MARIANO, Enzo Barberio. Progresso e Desenvolvimento Humano: Teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade. São Paulo: Alta Books, 2019.

MARTINS, Regina dos Santos Alegre; BARBOSA, Wilson do Nascimento. O Brasil na terceira revolução industrial: a automação de base microeletrônica em setores manufatureiros (1985-2000). 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista: Proletários de todos os países, uni-vos!. São Paulo: Editora Serra Azul, 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Rio de Janeiro: Global Editora e Distribuidora, 2015.

MAZZOCHIN, Marinez da Silva et al. A dinâmica geoeconômica do setor florestal brasileiro: da gênese a reestruturação. 2016.

MEDEIROS, Marcelo. Medidas de desigualdade e pobreza. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos avançados*, v. 19, p. 187-207, 2005.

MORCEIRO, Paulo César. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. São Paulo: Imprensa, 2018.

NASSIF, André et al. A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?. 2006.

PANDOLFI, Dulce Chaves et al. Repensando o estado novo. 1999.

PEREIRA, Giancarlo. A Incrível História da Fábrica da Volkswagem do Brasil. LinkedIn online, 2018. <https://pt.linkedin.com/pulse/incr%C3%ADvel-hist%C3%B3ria-da-f%C3%A1brica-volkswagen-do-brasil-giancarlo-pereira>.

R. Whitley, "The Changing European Firm: Limits to Convergence". Oxford University Press, 2000.

RIBEIRO, Carine Pereira et al. Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: influência no debate sobre a questão regional brasileira. 2010.

SCHRÖDER, Peter. Os desafios para uma antropologia do desenvolvimento no cenário atual. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, v. 29, p. 1.531, 2014.

SILVA, Alexandre Manoel Angelo; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. Variáveis fiscais e PIB per capita no Brasil: existem regimes fiscais anticíclicos entre 1901 e 2006?. Nexos Econômicos, v. 4, n. 2, p. 59-84, 2010.

SOBRINHO, Mário Vasconcellos. Notas introdutórias sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial. MITSCHHEIN, Thomas et. al. Desenvolvimento local e direito à idade na floresta amazônica. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

SOUZA, Teotônio R. de. Gunder Frank Revisitado: um "sistema mundo" francamente único. 2004.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 40, p. 7-41, 2010.

SZMRECSÁNYI, Tomaz; LAPA, José Roberto. História econômica da independência e do império: coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP, setembro de 1993). São Paulo, Hucitec, 1996.

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. In: Congresso Internacional de História Econômica. 1990.